

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET E SUA COMPLEXIDADE:
UMA ANÁLISE DE DECISÕES DO STJ

ALESSANDRO FADEL BENÍCIO CAMPOS

Rio de Janeiro

2019/ 1º SEMESTRE

ALESSANDRO FADEL BENÍCIO CAMPOS

**O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET E SUA COMPLEXIDADE:
UMA ANÁLISE DE DECISÕES DO STJ**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Ms. Ana Luiza Fernandes Calil.**

Rio de Janeiro

2019/ 1º SEMESTRE

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

C198d Campos, Alessandro Fadel Benício
O direito ao esquecimento na internet e a sua
complexidade: uma análise de decisões do STJ /
Alessandro Fadel Benício Campos. -- Rio de Janeiro,
2019.
63 f.

Orientadora: Ana Luiza Fernandes Calil.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Direito, Bacharel em Direito, 2019.

1. Direito ao esquecimento. 2. Desindexação. 3.
Direitos da personalidade. 4. Sociedade da
informação. 5. Mecanismos de busca. I. Calil, Ana
Luiza Fernandes , orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

ALESSANDRO FADEL BENÍCIO CAMPOS

**O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET E SUA COMPLEXIDADE:
UMA ANÁLISE DE DECISÕES DO STJ**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Ms. Ana Luiza Fernandes Calil.**

Data da Aprovação: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro
2019/1º SEMESTRE

AGRADECIMENTOS

EPÍGRAFE

RESUMO

Os avanços tecnológicos das últimas décadas e a penetrabilidade da Internet na vida diária das pessoas reconfiguraram os domínios da vida social, consolidando um novo paradigma que define a Sociedade da Informação. Nesse paradigma, a rapidez das interações e o acesso um volume cada vez maior de informações contribui com a hiperexposição de fatos e aspectos da intimidade, levando cada vez mais indivíduos a demandarem a supressão de informações expostas nos meios de comunicação, exercendo o que se denomina “direito ao esquecimento”. Em que pese constituir um direito fundamental vinculado aos direitos da personalidade resguardados pela Constituição da República e pelo Código Civil, o direito ao esquecimento tem sido objeto de incertezas na sua aplicação, particularmente no tocante à desindexação, que tem por alvo os motores de busca. Por meio da discussão de recentes decisões do STJ sobre a matéria, à luz dos fundamentos do direito ao esquecimento, o presente estudo revelou mudança de entendimento da jurisprudência no Brasil, mediante a imputação de responsabilidade aos mecanismos de busca pela filtragem de informações potencialmente lesivas. As controvérsias existentes também demonstram a dificuldade de o direito ao esquecimento na Internet alcançar a sua finalidade, seja pelas limitações inerentes à sua aplicação - como o fato de a desindexação não eliminar o conteúdo lesivo, que permanece disponível em sua origem, podendo ainda ser livremente compartilhado – seja por outros efeitos potencialmente indesejáveis.

Palavras-chaves: direito ao esquecimento, desindexação, direitos da personalidade, sociedade da informação, mecanismos de busca, internet.

ABSTRACT

Technological developments in the last decades and the pervasiveness of internet in people's everyday life have reconfigured the domains of social life, building up a new paradigm that defines Information Society. On this new paradigm, the rapid pace of interactions and access to a higher amount of information plays a role in the overexposure of facts and aspects of intimacy, leading a larger number of individuals to demand suppression of information exposed by media, thus exercising what is called "right to be forgotten". Although it relies on personal rights granted by the Constitution of Republic and the Civil Code, the right to be forgotten has been subject to uncertainty regarding its application, particularly when it comes to de-indexation, which aims at search engines. By discussing recent decisions from STJ concerning this topic, in light of the foundation of the right to be forgotten, this study sheds light on alteration of jurisprudential standards in Brazil, as they held search engines responsible for filtering potentially damage information. Existing controversies also demonstrate the difficulty for the right to be forgotten to achieve its purpose, either because of the inherent constraints regarding its application – subsumed by the fact that de-indexation does not eliminate harmful content, that stays available at its origin, capable of being freely shared – or because of other potentially undesirable effects.

Keywords: right to be forgotten, de-indexation, personal rights, information society, search engines, internet.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	4
2 - A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E OS MECANISMOS DE BUSCA.....	7
2.1 - A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	7
2.2 - MECANISMOS DE BUSCA E INDEXAÇÃO	9
3 - O DIREITO AO ESQUECIMENTO E SEUS FUNDAMENTOS	14
3.1 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	14
3.2 - FUNDAMENTOS NORMATIVOS.....	21
3.3 – DIREITO À INDEXAÇÃO: O CASO GONZÁLEZ (TJUE)	26
4 - O DIREITO À DESINDEXAÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.....	34
4.1 - XUXA VS. GOOGLE BRASIL LTDA. – RESP 1.316.921/ RJ	34
4.2 - S. M. S. VS. GOOGLE BRASIL LTDA. – RESP 1.593.873/SP	37
4.3 - PROMOTORA DE JUSTIÇA VS. YAHOO, GOOGLE E MICROSOFT – RESP ESPECIAL N. 1.660.168/RJ.....	40
5 - OS DILEMAS, DESAFIOS E CONTROVÉRSIAS ACERCA DA APLICAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET	46
6 - CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

1 - INTRODUÇÃO

Internet, *smartphones*, *tablets* e computadores. A sociedade vive uma nova fase na evolução da vida social, a chamada era da hiperinformação ou sociedade da informação, que, com o auxílio das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), acelerou ainda mais o processo de globalização, permitindo-nos viver em rede (TRIGUEIRO, 2016).

Seja para trabalhar, estudar, verificar a previsão do tempo ou realizar deslocamentos com exatidão, os indivíduos estão cada vez mais dependentes da internet e de suas facilidades. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (apud SILVA, 2018), divulgados em 2018, em apenas um ano, o percentual de domicílios brasileiros que utilizavam internet subiu de 69,3% para 74,9%, totalizando cerca de 126,3 milhões de usuários.

Apesar de possibilitar uma ampla difusão de informações e um ambiente virtual de interação social capaz de ultrapassar fronteiras, a internet também vem sendo utilizada para causar dor e sofrimento. O surgimento dos termos “*fake news*”, “*cyberbullying*” e pornografia da vingança revelam que a grande rede se tornou um instrumento para violação da honra, imagem, intimidade e privacidade de seus usuários.

Segundo Zygmunt Bauman (2011), o uso da internet gera mudanças comportamentais na forma que lidamos com o meio social. Acontecimentos privados, como uma fotografia em momento de intimidade e fatos esquecidos da vida pregressa, ganham espaço na arena pública da internet, “viralizando”¹ nas redes sociais em segundos. A publicação dessas informações, muitas vezes sem o consentimento da pessoa envolvida e longe da contextualização original, provoca a eternização de fatos e aspectos da intimidade, estigmatizando o indivíduo pelos acontecimentos indevidamente expostos.

É nesse contexto de devassa da vida privada que o direito ao esquecimento se apresenta como instrumento jurídico para tutelar direitos violados com o uso de ferramentas de informação da modernidade. Trata-se da prerrogativa do indivíduo de demandar a supressão de

¹ Viralizar na internet significa tornar determinado assunto conhecido entre muitos usuários rapidamente. O termo é atribuído a qualquer assunto que se propaga de forma rápida nos meios de comunicação online.

informações expostas nos meios de comunicação, exercendo o direito de “ser deixado em paz, de ser esquecido” (SILVA & CARVALHO, 2017).

O direito à desindexação, aqui entendido como expressão do direito ao esquecimento na internet – particularmente nos mecanismos de busca ou pesquisa, como o *Google* - é de vital relevância, haja vista a maneira como as informações estão dispostas na internet e o comportamento dos usuários, que raramente utilizam um endereço específico da *web* (URL) para acesso aos *sites* de interesse, valendo-se sobretudo de motores de busca. Conforme destacam Afonso Carvalho de Oliva e Marco A. R. Cunha e Cruz (2014), “sem a indexação destes motores de busca, a internet seria apenas um grande repositório de informações sem estrutura lógica que facilitasse a lembrança imediata de qualquer dado ou fato, passado ou presente”.

A análise do direito à desindexação extrapola as fronteiras jurídicas e está sujeita a externalidades, que alcançam domínios para além do conhecimento jurídico dos operadores do direito. O objetivo deste trabalho é explorar a complexidade deste direito. Tal complexidade não está apenas relacionada à própria natureza do contexto social em que ele está inserido, mas também à incerteza quanto à sua aplicação, sobre a qual parece não haver claro consenso na jurisprudência, principalmente após a recente mudança de entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ no REsp n. 1.660.168/RJ.

No referido caso, ao denotar a ausência de razoabilidade na exibição de determinadas informações, o STJ atribuiu aos provedores de pesquisa a obrigação de removerem de suas páginas de resultados informações pessoais como forma de tutela ao direito ao esquecimento. A decisão alcançada traduziu um verdadeiro rompimento na jurisprudência, que era contrária a tal possibilidade.

Por outro lado, há notória dificuldade do direito ao esquecimento em alcançar a finalidade a que se propõe, haja vista as repercussões decorrentes de decisões judiciais, que por vezes não alcançam a devida efetividade ou mesmo acabam por despertar ainda mais o interesse público sobre o tema ou objeto que se propõe esquecer.

A presente monografia retratará o referido direito à desindexação, à luz de suas complexidades, desde a concepção inaugural deste direito na decisão proferida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, até o seu reconhecimento no cenário brasileiro, apresentando os seus fundamentos teóricos e normativos e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ acerca do tema.

Cabe destacar que o presente estudo não se propõe a discorrer sobre o direito ao esquecimento na ótica da ponderação de conflitos entre o direito fundamental à liberdade de expressão e os direitos da personalidade. Para além de estes conflitos já terem sido exhaustivamente explorados na literatura sobre o tema, é possível enxergar a desindexação como uma alternativa que concilia o livre acesso à informação - que resta preservada em sua origem - e o interesse individual daquele que recorre a esse instrumento. Afinal, com a desindexação, a informação que se pretende “esquecer” não é eliminada; apenas não poderá mais ser encontrada nos mecanismos de busca mediante a utilização de filtros associados a determinadas palavras-chave.

2 - A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E OS MECANISMOS DE BUSCA

2.1 - A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A sociedade humana é notadamente baseada na comunicação, de modo que cada grande transformação vivenciada pela humanidade derivou de descobertas tecnológicas associadas ao processo de comunicação (RODRÍGUEZ, BUSCO, & FLORES, 2015). A invenção da linguagem e da escrita, e mais modernamente, do telégrafo e da imprensa, foram seguidas por uma série de tecnologias como o telefone, o rádio, a televisão, a internet e os telefones celulares, inaugurando uma nova era de transformações refletidas em todos os segmentos da sociedade, que adquiriu uma complexidade jamais vista.

A sociedade contemporânea é o produto dessas transformações, catalisadas pelos avanços da Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), que reconfiguram o modo de ser, agir, se relacionar e existir dos indivíduos. Nessa sociedade, a informação não é apenas mais um elemento vital, mas desempenha um papel cada vez mais central na atividade humana, em quase todos os domínios da vida em sociedade.

As transformações desencadeadas pela TIC foram tão grandes e profundas que se passou a denominar a época contemporânea como “Sociedade da Informação”. O termo foi primeiramente empregado em 1970, nos Estados Unidos, pela *American Society for Information Science* (ASIS), em um evento temático denominado “The Information Conscious Society” (FREITAS, 2002). Na medida em que o conhecimento e a informação passaram e desempenhar o mesmo papel estratégico e transformador que a combinação de energias, recursos e tecnologias mecânicas desempenhavam na sociedade industrial, o termo “sociedade da informação” passou, então, a ser utilizado como sinônimo de “sociedade pós-industrial”, de forma a traduzir o contexto específico do novo paradigma técnico-econômico (BELL, 1980).

Segundo Castells (2000), esse novo paradigma advém da própria expansão e reestruturação do capitalismo desde a década de 1980, e possui como características fundamentais: (i) a informação como matéria-prima do desenvolvimento; (ii) a alta penetrabilidade das novas tecnologias e seus efeitos; (iii) a flexibilidade crescente; e (iv) a convergência de tecnologias.

Para Frank Webster (2006) é possível identificar cinco vertentes que definem a Sociedade da Informação, a saber: (i) tecnológica: relacionada ao profundo impacto da tecnologia como agente de reconstituição do mundo social; (ii) econômica: associada ao predomínio de atividades econômicas intensivas em informação, como os serviços, em detrimento daquelas intensivas em capital, como a manufatura e a agricultura; (iii) ocupacional: de modo semelhante à vertente econômica, é demonstrada a partir da preponderância de trabalhos intensivos em informação; (iv) espacial: evidenciada pela ênfase no fluxo de informações com a redefinição das relações entre tempo e espaço; e (v) cultural: marcada pela explosão de signos e símbolos que evidenciam o maior volume de informações que permeiam a vida em sociedade.

Em que pese o termo “sociedade da informação”, conforme visto, tenha sido largamente empregado desde o final do século XX, seu verdadeiro sentido geopolítico só ganhou contornos mais claros no início do terceiro milênio. Isso porque, com a penetrabilidade da internet, dos equipamentos móveis e das mídias sociais na vida diária das pessoas e no funcionamento da sociedade, as atividades humanas determinantes para a vida econômica, política e social passaram a se organizar cada vez mais em torno da produção, processamento, disseminação e armazenamento da informação (DANTAS, 1998). A sociedade passa progressivamente a funcionar em redes, transformando os processos de produção, distribuição, comercialização e consumo, alterando a forma como se distribui riqueza entre nações, regiões e indivíduos, e impactando o panorama político, social, econômico e jurídico.

Para se ter uma ideia da penetrabilidade dessas novas tecnologias, apenas no Brasil o percentual de domicílios com acesso à internet alcançou 74,9% em 2017, e o percentual de pessoas que acessam a internet através do celular atingiu 97%, conforme apontou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Ao redor de todo o globo, bilhões de cidadãos possuem ao alcance da mão não somente o acesso, mas a capacidade de disseminar qualquer tipo de informação na forma de texto, áudio ou vídeo.

Com as novas ferramentas de comunicação em rede, a interação e o acesso à informação se tornaram rápidos, ágeis e instantâneos, assim como a visibilidade dos fatos. O cidadão não apenas passou a ter um acesso maior à informação, como pode participar dela diretamente,

atuando como usuário, produtor ou intermediário, já que o processo de produção e divulgação de informação está cada vez mais descentralizado e pulverizado.

Segundo Goodchild (2007), essa transformação de quem está produzindo a informação é um elemento-chave da Sociedade da Informação, em que cada vez mais conteúdo é produzido por amadores que compartilham abertamente dados, informações e serviços, atuando inclusive de forma colaborativa através de uma variedade de plataformas online. Progressivamente, abandona-se o modelo de mero consumo de conteúdos em uma internet estática que só possibilitava a leitura (Web 1.0), para dar lugar a uma *web* participativa, dinâmica e colaborativa, que pode ser utilizada para todo tipo de interações (Web 2.0).

2.2 - MECANISMOS DE BUSCA E INDEXAÇÃO

Conforme retratamos anteriormente, os avanços e transformações desencadeados pelas TICs oportunizaram o acesso a um extraordinário volume de informações em curtos espaços de tempo, um traço típico da sociedade contemporânea. Esse “caos”, que alguns autores qualificam como “info-obsesidade” (GABRIEL, 2013), impõe a necessidade de uma mediação tecnológica para filtrar e validar a informação, bem como para aliviar a angústia gerada no ser humano pelo desafio de encontrar aquilo de que precisa em meio a todos os dados disponíveis. Essa mediação é comumente realizada pelos mecanismos de busca.

Em linhas gerais, os mecanismos de busca da web são sistemas que têm por objetivo explorar e catalogar o conteúdo visível e disponível no meio virtual. De acordo com Lopes (2006), esses sistemas surgiram inicialmente em 1994 na *European Organization for Nuclear Research* (CERN), que desenvolveu a *World Wide Web Virtual Library*, uma lista alfabética de assuntos com *links* de páginas, ferramenta de busca do tipo diretório, um modelo mais rudimentar que precedeu os mecanismos de busca hoje conhecidos.

Os diretórios, como o desenvolvido pelo CERN, foram a primeira tentativa de solucionar o problema de recuperação de informação na web, numa época em que o conteúdo desse ciberespaço ainda podia ser coletado e indexado de forma manual. À medida que a web foi se expandido em tamanho e complexidade, ferramentas mais avançadas foram sendo desenvolvidas por profissionais do meio acadêmico e científico ao redor do mundo para facilitar a recuperação de informações. Essas ferramentas foram se aperfeiçoando cada vez mais, dando

origem ao que hoje conhecemos por mecanismos ou motores de busca (*search engines*), ou buscadores.

Os mecanismos de busca na *web* consistem em um conjunto organizado de computadores, índices, bases de dados e algoritmos reunidos com o intuito de analisar e indexar as páginas da internet, armazenar os resultados dessa análise e devolvê-los posteriormente, adequando-os a uma pesquisa que preencha os requisitos indicados pelo utilizador por ocasião de uma dada consulta (CAMPOS, 2005). Ao realizar uma pesquisa, o usuário submete sua expressão de busca e recupera uma lista de endereços de páginas (URLs) que satisfaçam sua necessidade de informação. Os dados, nesse caso, não são pesquisados diretamente na *web*, e sim em uma base de dados que armazena cópias dos sites indexados pelo mecanismo de busca.

Os motores de busca possuem três funções básicas: identificar páginas da rede, indexar estas páginas em um banco de dados e devolver ao usuário o resultado da consulta em um mecanismo de pesquisa com interface (CÉNDON, 2001). A seguir detalharemos um pouco melhor cada uma dessas funções.

- a) Crawling: trata-se do procedimento realizado por um componente denominado *bot* (robô) ou *spider* (aranha), que percorre (“varre”) automática e periodicamente os *sites* ou páginas armazenadas na *web*. Para cada *site* rastreado são criadas cópias ou réplicas com o conteúdo textual das páginas, títulos, imagens, cabeçalhos, estruturas de *tags* (palavras-chaves atribuídas pelo criador da página) ou *links* nela inseridos. Esses arquivos são armazenados em um banco de dados de propriedade da empresa dona do buscador. Os robôs são usualmente programados por algoritmos (conjunto de operações elementares organizadas logicamente) que determinam quais *sites* devem ser rastreados, com que frequência e quantas páginas devem ser buscadas em cada *site*. Assim, mesmo havendo modificações no *site* rastreado, os robôs retornam periodicamente as páginas obtidas com o objetivo de atualizar a coleção copiada.
- b) Indexação: Trata-se da análise, organização e armazenamento das informações em uma base de dados inteligível. Os programas analisam o conteúdo rastreado e, com base em um algoritmo específico, classificam esse conteúdo dentro de uma ou mais categorias e subcategorias de interesse, em uma estrutura de índice que viabiliza a pesquisa dos

documentos por meio das palavras que eles contêm. Essa indexação leva em consideração as informações extraídas das páginas, cabendo ao algoritmo a escolha de termos significativos ou atributos relevantes de cada *site*. A maioria dos motores indexa cada palavra do texto visível das páginas, mas alguns programas extraem apenas a URL (endereço), as palavras que ocorrem com frequência ou as palavras e frases mais importantes contidas no título ou nos cabeçalhos e nas primeiras linhas (DZIEKANIAK, 2002). Também são usualmente indexados termos que não fazem parte do texto visível, mas que contém informações importantes e úteis. Os algoritmos também podem excluir do processo de indexação determinados termos mediante critérios pré-estabelecidos. Em todo caso, a classificação do conteúdo identificado resulta na elaboração de um índice que represente de forma eficiente o conteúdo original, facilitando a recuperação de informações.

- c) Interface de busca: trata-se do programa que percorre a base de dados do motor de busca quando acionado pelo usuário, buscando os endereços das páginas que têm correspondência com as palavras, expressões ou frases que compõem os parâmetros da consulta. Em seguida, os endereços encontrados são apresentados ao usuário.

Os mecanismos de busca em geral possuem as características acima descritas, porém a maior parte deles apresentam perfis que lhe são próprios, diferindo quanto a aspectos como: o tamanho dos bancos de dados, os critérios para a indexação e inclusão de páginas e a frequência de atualização de dados e ordenação de resultados (CÉNDON, 2001).

Em relação ao tamanho do banco de dados, cabe esclarecer que é impossível que algum mecanismo de busca consiga incluir todas as páginas da web existentes (FIGUEREIDO, 2006). Isso porque apenas a parte visível da web é rastreável, havendo uma parte consideravelmente maior, que alguns autores estimam em 99% desse ciberespaço, que não é alcançável pelos robôs (GABRIEL, 2012). Fazem parte da “web oculta”, segundo Yamaoka (2002): conteúdo de banco de dados que formam páginas dinâmicas montadas pelos usuários, como o *Facebook* e outras redes sociais; conteúdos protegidos por senha de acesso; documentos isolados da web (que não recebem hiperligações de outros documentos); dentre outros.

Ainda assim, aspectos como a ordenação e relevância dos resultados são comumente percebidos como diferenciais entre os inúmeros mecanismos de busca existentes. O próprio volume cada vez maior de informações na internet contribui para que os buscadores estejam melhorando constantemente seus algoritmos para exibir resultados mais relevantes, na mesma proporção em que os usuários se tornam cada vez mais dependentes desta ferramenta (GABRIEL, 2013).

Para Dziekaniak (2002), os critérios de ordenação dos resultados são considerados os mais importantes numa busca, na medida em que os usuários esperam que os melhores sites sejam apresentados nas primeiras posições. Assim, os algoritmos empregados pelos motores de busca utilizam critérios de ordenação relacionados: à frequência de ocorrência e à localização das palavras em uma página; ao número de termos da consulta que estão presentes na página; à proximidade em que os termos se encontram; à densidade e tamanho do documento (ou seja, se dois documentos possuem o mesmo número de repetições para uma palavra, o menor deles será considerado mais relevante); à popularidade dos *links*; dentre outros.

Segundo Yus (2012), a popularidade do *Google* resulta justamente da utilização de algoritmos que produzem os resultados mais relevantes, já que o sistema do buscador é capaz de aprender com a atividade humana e produzir resultados personalizados e potencialmente relevantes para cada usuário.

A eficiência do *Google* na ordenação e exibição de resultados de pesquisa relevantes ajudam a explicar a sua preponderância entre os mecanismos de busca existentes. Segundo dados atuais, o buscador responde por uma participação de 92% do mercado de buscadores na *web* em todo o mundo, e mais de 97% no Brasil (STATSCOUNTER GLOBAL STATS, 2019). Para Toth (2017), a hegemonia do *Google* e o seu amplo repertório de ferramentas acopladas ao mecanismo de busca, alterou profundamente os alicerces da internet e da economia mundial como um todo. Seu poder se tornou tão forte na sociedade atual que o termo “google” se tornou um verbo em diversos idiomas, empregado como sinônimo do ato de buscar na *web*.

A hegemonia do *Google* como mecanismo de pesquisa acabou também por moldar o hábito dos internautas, tornando cada vez mais comum o ato de digitar qualquer palavra ou expressão para acessar um *site* de interesse em vez de digitar o seu endereço completo. Entre

as mudanças comportamentais associadas ao uso frequente de motores de busca como o *Google*, Gabriel (2013) destaca o fato de não nos lembrarmos mais das informações em si, mas sim de onde a encontramos. Estudos recentes demonstram que os usuários confiam que os mecanismos de busca são justos e imparciais, e também que os resultados por eles gerados são precisos e confiáveis (CALDEIRA, 2015). Outras pesquisas revelaram que os indivíduos percebem os motores de busca como uma extensão da sua inteligência e de suas faculdades cognitivas, eliminando cada vez mais a necessidade de decorar fatos e datas que estariam seguramente armazenados na internet (WEBGER & WARD, 2013).

3 - O DIREITO AO ESQUECIMENTO E SEUS FUNDAMENTOS

O presente capítulo será responsável por apresentar os fundamentos teóricos e normativos do direito ao esquecimento no sistema jurídico brasileiro. Será dedicado, ainda, um espaço para discorrer sobre a emblemática decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia que reconheceu a possibilidade de desindexar determinados *links* do índice de pesquisa de um buscador da internet, consagrando o instituto como expressão do direito ao esquecimento no âmbito virtual.

A partir dos fundamentos teóricos aqui apresentados, será possível revelar que o direito ao esquecimento é reconhecido pela doutrina como uma cláusula geral dos direitos da personalidade previstos no Código Civil – CC, envolvendo em especial o direito à privacidade e a dignidade da pessoa humana emanados da Constituição da República - CRFB.

Em relação aos fundamentos normativos, cabe destacar que o surgimento de novos desafios e litígios na área do direito digital não implica, necessariamente, na elaboração de novas regras jurídicas, mas em novas formulações para tornar efetivas as normas jurídicas já existentes. Ao apresentar a bases de normas do direito ao esquecimento no Brasil, identificaremos que a sua tutela está prevista na Constituição da República, no CC, no Código de Processo Civil – CPC e no Marco Civil da Internet - MCI.

Por último, após o reconhecimento do arcabouço que permite tutelar o direito ao esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro, iremos avaliar o caso *Google Spain SL e Google Inc. vs Agencia Española de Protección de Datos (AEPD) e Mario Costeja González*. Por se tratar do primeiro caso a reconhecer a desindexação de páginas da *web* como forma de assegurar aos cidadãos o controle sobre seus dados pessoais, constitui um marco e uma referência fundamental para a delimitação deste instrumento.

3.1 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O esquecimento sempre foi uma constante na história da humanidade. Entretanto, essa capacidade foi sendo deixada de lado com a criação de uma memória virtual perene e em escala global (MORAES, 2016). Ao contrário dos livros, revistas e jornais antigos, que, com o passar do tempo, ficavam empoeirados e deixavam de ser revisitados, fazendo com que a informação

ali veiculada fosse “perdida”, a regra da grande rede com a sua capacidade ímpar de armazenamento é a memória. Conforme ensinamentos de Anderson Schreiber (2013), “a internet não esquece”.

Convém destacar que o conflito entre memória e esquecimento não é particular da era da informação. Segundo a mitologia grega, Lethe era o nome do rio mágico do esquecimento que corria no submundo do reino de Hades, de cujas águas os mortos deveriam beber antes de reencarnar. Lethe era também uma divindade feminina, filha de Eris, a deusa da discórdia. Par antagônico de Mnemosyne, a deusa da memória, Lethe proporcionava o equilíbrio entre o esquecer e o lembrar (MENESES, 2013).

Segundo Meneses (2013), o direito ao esquecimento pode ser entendido como a escolha individual sobre o que deve ser lembrado do passado, “principalmente, quando este passado representa, de alguma maneira, situação traumática e, pessoalmente conflituosa”. Não se deve impor que uma pessoa seja eternamente perseguida por um acontecimento pretérito, embora não se admita que alguém possa apagar fatos (SCHREIBER, 2013).

Ao longo da história e ao redor do globo, diversas expressões têm sido utilizadas para traduzir o direito ao esquecimento, *right to forget* (direito de esquecer), *right to be forgotten* (direito de ser esquecido), *right to be let alone* (direito de ser deixado em paz), *right to be rasured* (direito ao “apagamento”), *right to delete* (direito de apagar) e *right to oblivion*, também conhecida como *droit à l’oubli* (MORAES, 2016).

O direito de ser esquecido remonta à França da década de 70, onde era aplicado sob a designação de *droit à l’oubli* (*right to oblivion*), especialmente, em casos penais em que o indivíduo havia cumprido sua sentença penal condenatória e não desejava mais ser associado ao crime por ele praticado. Tal indivíduo gozaria de uma prerrogativa de, excepcionalmente, determinar o desenvolvimento de sua vida privada e não deveria ser eternamente estigmatizado pelo seu passado, principalmente, em virtude do lapso temporal entre o presente e eventos pretéritos que não mais pertencem ao contexto atual.

Na visão de Alessandro Mantelero (apud FRAJHOF, 2019)., o *droit à l’oubli* seria, portanto, um limite à atividade midiática tradicional, restringindo a imprensa e programas de

televisão de tornarem público, mais uma vez, aspectos da vida pessoal - envolvendo uma conotação negativa - que foram objeto de interesse público no passado

Apesar da doutrina não se debruçar sobre o desenvolvimento de teorias para distinção entre o *droit à l'oubli* e o direito ao esquecimento, utilizaremos o *droit à l'oubli* para se referir ao seu momento de origem deste direito e “direito ao esquecimento” para se referir à sua aplicação no contexto da internet, como bem conceituaram Gans Graux, Jef Ausloos e Peggy Valcke (apud FRAJHOF, 2019):

Enquanto o *droit à l'oubli* vem sendo invocado como uma proteção contra uma invasão desproporcional pela mídia *mainstream* (jornais, canais de notícia, rádio, etc.) na vida privada das pessoas que ganharam interesse aos olhos do público, o direito ao esquecimento não possui esta tradição ou conotação. A pessoa que postou algo indiscreto ou imagens inapropriadas, vídeo ou posicionamento em *sites* públicos pode sofrer por isso por longo tempo, mesmo que não seja dado foco ou seja orquestrado por parte dos maiores *players* da mídia. Certamente, é suficiente que o seu nome esteja relacionado a estes materiais e acessível via pesquisa pelos provedores de busca para lhe causar significativo embaraço, estigma ou dano.

É importante destacar que tal distinção foi também feita pelo STJ, sem expressamente mencionar o termo *droit à l'oubli*, durante o julgamento do REsp 1.593.873/SP:

Por fim, com relação à jurisprudência desta Corte superior, no que se refere ao direito do esquecimento, há duas situações distintas. A primeira não aborda diretamente a responsabilidade do provedor de aplicação de busca na internet, ao envolver apenas empresas de comunicação televisiva, como nos julgamentos dos REsp 1.335.153/RJ e REsp 1.334.097/RJ. A segunda, em que se encontra o decidido no REsp 1.316.921/RJ, quando aborda a questão do direito ao esquecimento no ambiente digital, rejeita imputar ao provedor de buscas a obrigação de fiscalizar o conteúdo acessível ao público, como expressamente afirmado naquela oportunidade (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2016).

Diante da explosão informacional, o direito ao esquecimento foi ganhando novos contornos, fundamentos, contextos, sujeitos, deveres e obrigações, principalmente, após a decisão do caso *Google Spain SL e Google Inc. vs Agencia Española de Protección de Datos* (AEPD) e Mario Costeja Gonzáles. No caso González, primeiro julgamento notório sobre o direito ao esquecimento na internet, foi compreendida a possibilidade de desindexação de *links* de pesquisa dos provedores de busca para garantir a privacidade dos usuários, sem que houvesse a necessidade de exclusão de conteúdo da rede.

No Brasil, em virtude da recorrência de eventos nas jurisprudências dos tribunais brasileiros, muitos têm questionado se o direito ao esquecimento é um direito da personalidade

ou um direito fundamental. Soma-se a tais questionamentos a indagação se seria possível conceber a existência de tal direito sem previsão normativa expressa, visto que, embora seja contemporâneo da discussão sobre o tema, o Marco Civil da Internet não conferiu normatividade expressa ao instituto do direito ao esquecimento.

Para que não haja dúvidas, conforme defendido pelo ministro Moura Ribeiro no julgamento do REsp n. 1.660.198/RJ e consoante os ensinamentos de Ingo Sarlet, merece esclarecimento que o direito ao esquecimento é um direito fundamental implícito, decorrente da cláusula geral de “proteção e promoção da personalidade em suas múltiplas dimensões” e da dignidade humana:

Como direito humano e direito fundamental, o assim chamado direito ao esquecimento encontra sua fundamentação na proteção da vida privada, honra, imagem e ao nome, portanto, na própria dignidade da pessoa humana e na cláusula geral de proteção e promoção da personalidade em suas múltiplas dimensões. Cuidasse, nesse sentido, em virtude da ausência de disposição constitucional expressa que o enuncie diretamente, de um típico direito fundamental implícito, deduzido de outras normas, sejam princípios gerais e estruturantes, como é o caso da dignidade da pessoa humana, seja de direitos fundamentais mais específicos, como é o caso da privacidade, honra, imagem, nome, entre outros (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2018).

A proteção do direito ao esquecimento no Brasil está relacionada à proteção do direito da personalidade. Conforme defendido por Luciana Helena Gonçalves (2016), a tutela do direito ao esquecimento traduz o reconhecimento da proteção do direito da personalidade diante do contexto da busca digital, envolvendo o aspecto psíquico da pessoa humana em querer ser deixada sozinha, em não ser lembrada.

Não se pode olvidar que o reconhecimento do direito ao esquecimento pelo ordenamento brasileiro se dá através de uma cláusula geral de tutela dos direitos da personalidade presentes no Código Civil - CC. Tal cláusula permite identificar o direito ao esquecimento como uma das manifestações dos direitos da personalidade, do qual o direito à honra e à privacidade são também integrantes (GONÇALVES, 2016).

O CC (2002) engloba o direito ao esquecimento na era da informação ao tutelar os direitos da personalidade através do seu artigo 12: “[...] exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei”.

Segundo a teoria monista do direito de personalidade, existe um direito geral da personalidade, cujos desdobramentos poderiam repercutir sobre diferentes áreas do direito, como, por exemplo, o Código Civil e a Constituição da República. Desta maneira, não haveria um rol exaustivo de direitos da personalidade na lei (GONÇALVES, 2016).

Para melhor compreensão dos direitos da personalidade podemos recorrer à Maria Helena Diniz (2007), que pontua que:

Os direitos da personalidade são absolutos, intransmissíveis, indisponíveis, ilimitados, imprescritíveis, impenhoráveis e expropriáveis. São absolutos, ou de exclusão, por serem oponíveis *erga omnes*, por conterem em si, um dever geral de abstenção. São extrapatrimoniais por serem insuscetíveis de aferição econômica, tanto que, se impossível for a reparação *in natura* ou a reposição do *status quo* ante, a indenização pela sua lesão será pelo equivalente.

Ser absoluto significa dizer que tais direitos são oponíveis contra todos, com eficácia *erga omnes*, contendo em si um dever geral de abstenção, cabendo-se ressaltar que não há um direito que seja garantido ilimitadamente. Quanto à transmissibilidade, advém da inadmissibilidade da transferência de tais direitos à esfera jurídica de outrem.

No tocante à indisponibilidade, com exceção dos casos previstos em lei, tal característica impede que os titulares dos direitos da personalidade possam dispor total ou permanentemente destes, muito embora seja reconhecida a limitação voluntária ao seu exercício, por exemplo, nos casos da cessão do direito de imagem de jogadores de futebol. A imprescritibilidade, por sua vez, impede que a lesão a um direito da personalidade venha a convalescer pelo não uso com o passar do tempo.

Segundo Gustavo Tepedino (2008), os direitos da personalidade são, por sua vez, expressões de uma cláusula geral da pessoa humana, o que impõe que eles são decorrentes do princípio da dignidade da pessoa humana. A teoria da cláusula geral da tutela da personalidade considera a personalidade como valor supremo da sociedade, almejando não só a proteção da dignidade, mas também a promoção do ser humano.

Os fundamentos dos direitos da personalidade não decorrem somente do Código Civil, mas também do artigo 1º, III, da Constituição de 1988. A própria magna carta reconheceu a importância de garantir a proteção desse rol de direitos, uma vez que os positivou em seu artigo

5º, inciso X, que: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 1988).

Confirmando esse entendimento, o Enunciado n. 531 da VI Jornada de Direito Civil (2013), promovida pelo do Centro de Estudos Judiciários - CEJ do Conselho da Justiça Federal – CJF, estabeleceu que o fundamento do direito ao esquecimento está incluído no princípio da dignidade humana, art. 1º, III, da Constituição da República:

Enunciado: A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento.

Justificativa: Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados.

Embora não tenham força normativa, os enunciados do CEJ discutem inúmeras controvérsias do Código Civil. O CEJ é responsável por criar orientações que auxiliam os tribunais e seus julgadores na tomada de decisão nos casos concretos.

Gustavo Tepedino, Heloiza Helena Barboza e Maria Celia Bodin de Moraes (2007) discorrem que a Constituição brasileira de 1988 positivou a tutela da personalidade humana em diversos preceitos, como é o caso dos direitos fundamentais dispostos em seu artigo 5.º, inciso X. Esses autores lembram também que a especificação dos direitos e garantias expressos não exclui outros, decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição da República.

Diante disso, é possível concluir que o direito ao esquecimento é protegido tanto pela cláusula geral dos direitos da personalidade do Código Civil, como pela Constituição da República, manifestando-se também como um direito fundamental. Por isso, nos casos em que se discute a sua proteção, muitos operadores recorrem à ponderação dos direitos em colisão para prestar a tutela jurisdicional.

Dos direitos da personalidade, os direitos à intimidade e à privacidade merecerão destaque por sua íntima relação com o direito ao esquecimento. O pedido de desindexação pode ser

justificado também por violação ao nome e à honra da pessoa prejudicada pela publicação ofensiva.

O direito à privacidade, previsto no artigo 21 do Código Civil, envolve a prerrogativa de uma pessoa decidir ocultar ou não determinado aspecto de sua vida privada perante a sociedade, sendo deixada em paz em relação a determinado fato. “A privacidade envolve o poder de revelar-se seletivamente no mundo” (GONÇALVES, 2016). Tanto informações verdadeiras, quanto aquelas reputadas como não verdadeiras, podem justificar o exercício do direito ao esquecimento por aquele que deve decidir, exclusivamente, como quer expor essa informação.

A privacidade enquanto “direito de ser deixado só” foi conceituada por Samuel D. Warren e Louis D Brandeis, no artigo “*The right to privacy*”², publicado em 1890. Segundo os autores, o desenvolvimento da tecnologia seria capaz de interferir na intimidade e na vida privada dos indivíduos. As fotografias instantâneas e dos jornais sensacionalistas poderiam tornar pública qualquer situação da vida privada do indivíduo (apud MORAES, 2016).

A linha entre o espaço público e o privado tornou-se extremamente tênue na sociedade da informação e a dinâmica do direito à privacidade foi alterada diante de todo esse fluxo de informações em rápida velocidade. Segundo Daniel Solove (apud GONÇALVES, 2016) “[...] com o *Google*, uma mera fofoca pode tornar-se uma mácula reputacional permanente, aquela que nunca desaparece, estado disponível ao redor do mundo, sendo encontrada em menos de um segundo”

Diante desse cenário, é imperioso que a privacidade seja capaz de conferir ao indivíduo o poder de se revelar seletivamente no mundo. O ciberespaço impõe que a privacidade deixe de ser somente aliada na proteção na arena pública de fatos que dizem respeito ao indivíduo, e passe a ser instrumento de controle desse fluxo de informações e acontecimentos. Não basta ser apenas o mero “direito de ser deixado em paz”, mas o direito do indivíduo de se autodeterminar, de escolher os atributos pelos quais será apresentado e conhecido pela sociedade (MORAES, 2016, p. 36).

² The right to privacy. Harvard Law Review, Cambridge, v.4 ,n.5, 1890. Disponível em http://groups.csail.mit.edu/mac/classes/6.805/articles/privacy/Privacy_brand_warr2.html

3.2 - FUNDAMENTOS NORMATIVOS

Na seção anterior foram expostas referências teóricas que nos permitem justificar a tutela do direito ao esquecimento no ordenamento jurídico nacional. Naquela oportunidade, foram utilizadas ainda referências normativas, a exemplo dos artigos 12 e 21 do Código Civil, e dos artigos 1º, inciso III; e 5º, inciso X, ambos da Constituição da República, que, em razão da sua abertura textual, indicam referências teóricas para o reconhecimento do direito ao esquecimento no Brasil.

Neste trecho indicaremos outros artigos do CC, do CPC e do MCI, que irão nos auxiliar a refletir sobre o reconhecimento da proteção do direito ao esquecimento.

Ao adentrarmos nesta seara, é valioso recorremos a Marcel Leonardi (apud GONÇALVES, 2016), para o qual lidar com as mudanças na área do direito digital “não envolve necessariamente a produção de novas regras jurídicas, mas sim a reflexão sobre a possibilidade de tornar essas normas efetivas, de acordo com esse contexto”. De tal maneira, poderemos esclarecer que a ausência de uma previsão expressa, não implica em dizer que o direito ao esquecimento está desamparado pelo direito pátrio.

Dispõem os artigos 20 e 21 do Código Civil (2002):

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

O artigo 20 protege expressamente a publicação, a exposição e a utilização da imagem de um indivíduo, indicando os bens jurídicos que devem ser resguardados pela cláusula geral de tutela dos direitos da personalidade. O direito ao esquecimento foi aqui reconhecido enquanto

instrumento de proteção contra eventual utilização da imagem de um indivíduo que lhe atinja a hora, a boa fama e a respeitabilidade.

Por sua vez, o artigo 21 do CC versa sobre a proteção da vida privada, atribuindo ao juiz, a requerimento da pessoa prejudicada, a tomada das medidas necessárias para impedir ou fazer cessar atos de amplificação da exposição de informações privadas nos resultados de busca em nome das pessoas. A previsão deste artigo refere-se à tutela inibitória preventiva contra violações dos direitos da personalidade, que para um entendimento mais aprofundado, podemos nos valer dos ensinamentos de Eduardo Talamini (apud GONÇALVES, 2016):

Dá suporte a provimentos destinados a cessar ou impedir o início de condutas de afronta a qualquer direito da personalidade, ou, mais amplamente, a qualquer direito fundamental de primeira geração. Aí se inserem a integridade física e psicológica, a liberdade em suas inúmeras facetas, a igualdade, a honra, a imagem, a intimidade etc.

Outros dispositivos também servirão de base normativa para operacionalizar e resguardar o direito ao esquecimento perante os tribunais, a saber, os artigos 294, 300, 497, 499 e 500, do Código de Processo Civil (2015):

Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

[...]

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

[...]

Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

Parágrafo único. Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.

[...]

Art. 499. A obrigação somente será convertida em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

[...]

Art. 500. A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa fixada periodicamente para compelir o réu ao cumprimento específico da obrigação.

Segundo destaca Marcel Leonardi (apud GONÇALVES, 2016), essas previsões refletem a existência de regras jurídicas processuais que permitem a efetivação do direito ao esquecimento. A pessoa que tiver sua vida privada devassada, ao requerer a proteção do direito ao esquecimento nos litígios do ciberespaço, poderá se utilizar de ação de obrigação de fazer ou não fazer cumulada com pedido de tutela provisória:

Sempre será possível requerer ao Poder Judiciário que, liminarmente ou em antecipação dos efeitos da tutela, remova ou bloqueie o acesso a informações ilícitas disponibilizadas por um provedor de conteúdo em um *web site*, ou armazenada por um provedor de hospedagem, quando presentes os requisitos previstos para a concessão da medida, através da propositura da ação de obrigação de fazer ou não fazer, conforme o caso, em face do provedor em questão.

A edição da Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014, mais conhecida como Marco Civil da Internet, supriu parcialmente algumas lacunas sobre a proteção de dados pessoais. Vale mencionar que a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), em virtude do seu período de *vacatio legis*, estará vigente apenas em agosto de 2020.

Dentre os principais artigos de tutela ao direito ao esquecimento do MCI (2014), merecem destaque os artigos 7º, inciso I e X; e os artigos 19, 20 e 21 do referido diploma legal:

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]

X - exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei;

[...]

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

§ 1º A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.

§ 2º A aplicação do disposto neste artigo para infrações a direitos de autor ou a direitos conexos depende de previsão legal específica, que deverá respeitar a liberdade de expressão e demais garantias previstas no art. 5º da Constituição Federal.

§ 3º As causas que versem sobre ressarcimento por danos decorrentes de conteúdos disponibilizados na internet relacionados à honra, à reputação ou a direitos de personalidade, bem como sobre a indisponibilização desses conteúdos por provedores de aplicações de internet, poderão ser apresentadas perante os juizados especiais.

§ 4º O juiz, inclusive no procedimento previsto no § 3º, poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, existindo prova inequívoca do fato e considerado o interesse da coletividade na disponibilização do conteúdo na internet, desde que presentes os requisitos de verossimilhança da alegação do autor e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Art. 20. Sempre que tiver informações de contato do usuário diretamente responsável pelo conteúdo a que se refere o art. 19, caberá ao provedor de aplicações de internet comunicar-lhe os motivos e informações relativos à indisponibilização de conteúdo, com informações que permitam o contraditório e a ampla defesa em juízo, salvo expressa previsão legal ou expressa determinação judicial fundamentada em contrário.

Parágrafo único. Quando solicitado pelo usuário que disponibilizou o conteúdo tornado indisponível, o provedor de aplicações de internet que exerce essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos substituirá o conteúdo tornado indisponível pela motivação ou pela ordem judicial que deu fundamento à indisponibilização.

Art. 21. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo.

Parágrafo único. A notificação prevista no caput deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido.

O supramencionado artigo 7º, do MCI, viabiliza a exclusão definitiva de dados pessoais de usuários que tenham sido fornecidos a determinada aplicação de internet. Entretanto, o artigo que tem sido considerado por muitos como um “pequeno direito ao esquecimento”, apresenta certas limitações. De acordo com o entendimento do STJ no REsp 1.593.873/SP, sua aplicabilidade não se estenderia a informações publicamente divulgadas na internet, a exemplo dos resultados retornados pelos mecanismos de busca, visto que sua incidência dependeria da existência de uma relação contratual entre o usuário e determinada aplicação.

Cabe destacar que, segundo Marcel Leonardi (apud GONÇALVES, 2016), antes da promulgação do Marco Civil da Internet, o STJ já havia pacificado que os provedores de aplicação, assim reconhecidos aqueles responsáveis por disponibilizar na internet informações criadas ou desenvolvidas por provedores de informação, deveriam retirar da rede conteúdos prejudiciais mediante o recebimento de simples notificação extrajudicial.

Não obstante a alegação dos provedores de aplicação de que eles não poderiam monitorar todo o conteúdo disponibilizado na rede, em entendimentos anteriores ao MCI, as cortes brasileiras assentiram que essas ferramentas, representadas por sociedades empresárias, que criam e exploram esse nicho mercadológico, deveriam ser consideradas responsáveis pelos danos causados às vítimas de conteúdo lesivo. O fundamento para tal responsabilização não seria apenas derivado do espaço disponibilizado pelos provedores para que os conteúdos sejam disseminados, mas também dos ganhos auferidos com a sua atividade econômica.

Com a edição do Marco Civil da Internet, a regra geral passou a ser a responsabilização condicionada. Os provedores de aplicação somente seriam responsabilizados após o descumprimento de ordem judicial, ou seja, caso esses provedores não retirassem o conteúdo prejudicial. Cabe destacar que Anderson Schreiber (2014) tem sido crítico assumido do artigo 19 do Marco Civil da Internet por entender que ele permite o “engessamento” da responsabilização por dano derivado de conteúdo produzido por terceiros.

Está ressalvado dessa regra geral o artigo 20 do MCI, que privilegiou a privacidade nos casos em que os conteúdos disponibilizados pelos provedores de aplicação envolvam cenas de nudez e de atos sexuais privados. Em relação a tais conteúdos, a mera notificação pela vítima permitiria que eles fossem retirados do ar. Entretanto, outra limitação do Marco Civil da Internet foi estabelecer que a responsabilidade dos provedores em tais situações é subsidiária, quando em outros países ela é encarada como solidária.

Cumprido destacar que a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet está sub judice no Recurso Extraordinário n. 1.037.396, interposto pelo Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. perante o Supremo Tribunal Federal. A aplicação do referido artigo foi afastada em recurso apresentado perante a 2ª Turma Recursal Cível do Colégio Recursal de Piracicaba, SP. A corte entendeu que a responsabilização de plataformas somente após o descumprimento

de ordem judicial significaria isentá-las de qualquer responsabilidade indenizatória, violando o Código de Defesa do Consumidor, razão pela qual foi incidentalmente declarada a sua inconstitucionalidade.

3.3 – DIREITO À INDEXAÇÃO: O CASO GONZÁLEZ (TJUE)

O caso González (Processo C-131 - 12)³, decidido pelo Tribunal de Justiça da União Europeia - TJUE em maio de 2014, é compreendido por muitos estudiosos como a efetivação do direito ao esquecimento no ciberespaço. Na realidade, o direito à desindexação ali reconhecido deve ser encarado como uma das obrigações que o direito ao esquecimento garante, que também inclui a remoção de conteúdo e diversas outras apresentadas pelos tribunais e pela doutrina.

Cabe esclarecer que desindexação seria a possibilidade de retirar determinados resultados do índice de buscas de um motor de busca, a partir de uma palavra-chave específica. De acordo com Marcel Leonaridi (apud GONÇALVES, 2016), os mecanismos de desindexação são responsáveis por lidar com a seguinte problemática:

Um mecanismo de busca pode eliminar determinados resultados de seu banco de dados, fazendo com que certos web sites não apareçam em pesquisas feitas pelos usuários. Em casos extremos, pode inclusive eliminar todos os resultados relativos a uma palavra-chave, impedindo que o usuário encontre *web sites* a respeito de um determinado assunto.

O caso em questão trata de uma ação movida por Mario Costeja Gonzáles, perante a *Agencia Española de Protección de Datos – AEPD*, em face do jornal *La Vanguardia Ediciones SL (La Vanguardia)*, da Google Spain e da Google Inc. Segundo González, a disponibilização de dois *links* como resultado da busca pelo seu nome em tal provedor de busca estaria violando seus direitos à proteção de dados pessoais e à privacidade. Os resultados faziam referência a matérias publicadas pelo Jornal *La Vanguardia*, em janeiro e março de 1998, que retratavam a venda de imóvel de González em hasta pública, para recuperação de créditos devidos perante a Seguridad Social espanhola.

³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA. C-131/12. Google Spain SL e Google Inc. vs *Agencia Española de Protección de Datos* (AEPD) e Mario Costeja González, j. em 13.05.2014.

Passados mais de dez anos da veiculação original da matéria no jornal, a busca pelo nome de González no *Google Search* espanhol permanecia retornando como resultado uma dívida sua pretérita.

A reclamação de Gonzzález junto à AEPD – autoridade pública independente encarregada pela proteção de dados do povo espanhol – tinha os seguintes pleitos:

[...] por um lado, que se ordenasse à *La Vanguardia* que suprimisse ou alterasse as referidas páginas, para que os seus dados pessoais deixassem de aparecer, ou que utilizasse determinadas ferramentas disponibilizadas pelos motores de busca para proteger esses dados. Por outro lado, pedia que se ordenasse à *Google Spain* ou à *Google Inc.* que suprimissem ou ocultassem os seus dados pessoais, para que deixassem de aparecer nos resultados de pesquisa e de figurar nas ligações da *La Vanguardia*. Neste contexto, M. Costeja González alegava que o processo de arresto, de que fora objeto, tinha sido completamente resolvido há vários anos e que a referência ao mesmo carecia atualmente de pertinência (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA, 2014).

A AEPD julgou improcedente o pedido em relação ao *La Vanguardia*, por considerar que o jornal cumprira tão somente uma obrigação do Ministério do Trabalho e de Assuntos Sociais ao publicar as matérias. A publicidade conferida ao material visaria apenas atrair mais interessados no leilão dos imóveis.

Quanto ao pedido dirigido ao grupo *Google*, a AEPD considerou que os provedores de busca estão sujeitos à legislação de proteção de dados pessoais da União Europeia, uma vez que a *Google Spain* e a *Google Inc.* exercem atividade de tratamento de dados, atuando como intermediários na sociedade da informação. Com base no direito fundamental de proteção de dados e na dignidade da pessoa humana, a Agência compreendeu que o interesse do indivíduo deveria ser respeitado, impedindo que certos dados fossem de conhecimento de terceiros.

Em resposta, a *Google Spain* e a *Google Inc.* interpuseram recursos em face da referida decisão perante a Audiência Nacional⁴, órgão jurisdicional único da Espanha, com jurisdição em todo território nacional, que por compreender que a demanda dependia de interpretação da Diretiva 95/46/CE⁵ do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à proteção de dados pessoais e à livre circulação de dados, decidiu remeter a questão à apreciação do TJUE.

⁴ <http://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Poder-Judicial/Audiencia-Nacional/Informacion-institucional/Que-es-la-AN/>

⁵ Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de outubro de 1995. Disponível em < <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A31995L0046> > Acesso em 24.06.2019.

O recurso envolvia quatro pontos prejudiciais a serem analisados pelo TJUE:

- (a) Se a atividade desenvolvida pelo *Google Search* estaria abrangida no conceito de tratamento de dados.
- (b) Se o *Google Search* poderia ser responsabilizado pelo tratamento de dados pessoais.
- (c) Se o TJUE teria competência jurisdicional e se a lei europeia seria aplicada ao *Google*, enquanto empresa com matriz nos Estados Unidos.
- (d) Se um indivíduo poderia ter seus dados pessoais removidos dos índices de busca do *Google Search*.

No tocante ao ponto “a”, o TJUE examinaria se o artigo 2º, alínea b, da Diretiva 95/46/CE deveria ser interpretado de modo a identificar a atividade do motor de busca, enquanto fornecedor de conteúdos que encontra informações publicadas ou inseridas na internet por terceiros, procedendo a sua indexação automática, armazenando-as temporariamente e, depois, disponibilizando-as aos usuários da rede em determinada ordem de preferência, como enquadrada em tratamento de dados pessoais.

O artigo 2º, alínea a, b e d, da Diretiva 95/46/CE (UNIÃO EUROPEIA, 1995), assim dispõe:

Artigo 2º

Definições

Para efeitos da presente diretiva, entende-se por:

a) «Dados pessoais», qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («pessoa em causa»); é considerado identificável todo aquele que possa ser identificado, direta ou indiretamente, nomeadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social;

b) «Tratamento de dados pessoais» («tratamento»), qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais, com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, registo, organização, conservação, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, utilização, comunicação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição;

[...]

d) «Responsável pelo tratamento», a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outrem, determine as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios do tratamento sejam determinadas por disposições legislativas ou regulamentares nacionais ou comunitárias, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos para a sua nomeação podem ser indicados pelo direito nacional ou comunitário;

A *Google Spain* e a *Google Inc.* defenderam que a atividade dos motores de busca não pode ser considerada tratamento de dados pessoais, pois tais ferramentas não seriam capazes de discernir o que seriam dados pessoais ou outros tipos de dados ao listarem em seu índice de buscas as páginas da *web* com conteúdo de terceiros. Segundo as sociedades, esses provedores tratariam as informações disponíveis na internet como um todo e indiscriminadamente.

A matriz do *Google* e sua filial na Espanha ressaltaram ainda que o *Google* não conhece o teor dos referidos dados, nem possui qualquer controle sobre eles, consequentemente, não poderia ser responsável pelo seu tratamento.

Em contrapartida, com base no artigo acima, González, os governos da Espanha, Itália, Áustria, Polônia e a Comissão Europeia defenderam que a atividade desempenhada pelos motores de busca implicaria claramente em tratamento de dados pessoais, uma vez que estes mecanismos determinam a finalidade e os meios desse tratamento.

Em relação a este ponto, o TJEU concluiu que:

[...] não se discute que entre os dados encontrados, indexados e armazenados pelos motores de busca e postos à disposição dos seus utilizadores figuram também informações sobre pessoas singulares identificadas ou identificáveis e, portanto, dados pessoais na acepção do artigo 2º, alínea a, da referida diretiva (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA, 2014).

O TJEU declarou, ainda, que o operador de um motor de busca, ao explorar a internet de forma automatizada, constante e sistemática, na busca das informações nela publicadas, recolhe, recupera e registra dados, para depois organizá-los em seus programas de indexação, conservando-os em seus servidores, para posterior comunicação e disponibilização aos seus usuários, sob a forma de listas de resultados nas suas pesquisas.

Sendo assim, o TJEU compreendeu que, independentemente do motor de busca efetuar as operações acima com dados pessoais e com outros tipos de informação, sem qualquer distinção entre eles, ainda assim ele estaria desempenhando o tratamento de dados pessoais.

Quanto ao ponto “b”, a responsabilização do *Google* pelo tratamento de dados pessoais, o Tribunal Europeu considerou que o provedor de busca determina as finalidades, os meios da atividade de pesquisa e o tratamento de dados que exerce, conforme o artigo 2º, alínea d, da Diretiva 95/46/CE. Segundo o TJEU, os motores de busca desempenham um papel decisivo ao difundir mundialmente dados em uma pesquisa a partir do nome da pessoa em causa, dados estes que não teriam sido encontrados por outros internautas senão através de tais mecanismos.

Ademais, o órgão europeu consignou que a organização e a agregação de informações pelos buscadores afetam diretamente os direitos fundamentais à vida privada e à proteção de dados pessoais. Quando a pesquisa é feita a partir do nome de uma pessoa, os motores de busca permitiriam uma visão global mais estruturada sobre esta. Dessa forma, ao facilitar o acesso a informações pelos internautas, a lista de resultados do Google viabilizaria a criação de um perfil detalhado do indivíduo em questão.

Para elucidar a questão prejudicial indicada no item “c”, o TJEU analisou a aplicação do conceito de “estabelecimento” dado pelo artigo 4º, nº 1, alínea a, da Diretiva 95/46/CE:

Artigo 4º

Direito nacional aplicável

1. Cada Estado-membro aplicará as suas disposições nacionais adotadas por força da presente diretiva ao tratamento de dados pessoais quando:

a) O tratamento for efetuado no contexto das atividades de um estabelecimento do responsável pelo tratamento situado no território desse Estado-membro; se o mesmo responsável pelo tratamento estiver estabelecido no território de vários Estados-membros, deverá tomar as medidas necessárias para garantir que cada um desses estabelecimentos cumpra as obrigações estabelecidas no direito nacional que lhe for aplicável (UNIÃO EUROPEIA, 1995).

Além disso, o Tribunal articulou o artigo acima referido com três hipóteses que permitiriam o entendimento e a interpretação do termo “estabelecimento” no caso em comento:

1) o operador de um motor de busca cria num Estado-Membro uma sucursal ou uma filial destinada a assegurar a promoção e a venda dos espaços publicitários propostos por esse motor de busca, cuja atividade é dirigida aos habitantes desse Estado-Membro, ou

- 2) a sociedade-mãe designa uma filial implantada no referido Estado-Membro como sua representante e responsável pelo tratamento de dois ficheiros específicos que contêm os dados dos clientes que celebraram contratos publicitários com essa empresa, ou
- 3) a sucursal ou filial estabelecida num Estado - Membro transfere para a sociedade - mãe, sediada fora da União, as reclamações e injunções que lhe são dirigidas quer pelos interessados quer pelas autoridades competentes, com vista a obter o respeito do direito à proteção de dados pessoais, mesmo quando essa colaboração se estabeleça voluntariamente (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA, 2014).

Deve-se destacar que para tomada de sua decisão o TJEU considerou que: (i) o *Google Search* é um dos motores de busca mais utilizados da Espanha; (ii) a *Google Inc.*, cujo país sede são os EUA, é a responsável por explorar o *Google Search*; (iii) o *Google Search* indexa sites do mundo inteiro, incluindo páginas espanholas; (iv) os robôs utilizados para varrer o conteúdo da internet armazenam seus dados em servidores cuja localização não é conhecida, sendo tal informação objeto de sigilo por razões concorrenciais; (v) o *Google Search* não se limita a permitir buscas em seu portal, mas aproveita tal atividade para explorar, mediante pagamento, a atividade publicitária de sociedades interessadas em oferecer seus bens e serviços; (vi) a *Google Spain*, com sede física em Madrid, promove a venda de espaços publicitários a terceiros.

Assim, apesar de não estar comprovado que a *Google Spain* realiza a atividade de indexação e armazenamento de informações em território espanhol, visto que a promoção e a venda de espaços publicitários constitui parte essencial da atividade do grupo *Google* e está diretamente ligada ao *Google Search*, o TJEU entendeu ser imperativo que a filial espanhola seja considerada “estabelecimento” a luz dos termos da Diretiva 95/46/CE.

Merece ainda destaque o entendimento do Tribunal acerca do que seria considerado tratamento de dados pessoais. Segundo o TJEU, a própria exibição dos dados pessoais de González na página de resultados constitui um tratamento destes dados. Ora, sendo tal exibição de resultados acompanhada, ao mesmo tempo, de campanhas publicitárias relacionadas ao termo pesquisado, o tratamento de dados pessoais seria efetuado no contexto da atividade publicitária e comercial pelo estabelecimento que a isto se dedica, a saber, a *Google Spain*.

Por fim, em relação ao direito de requerer a retirada de dados pessoais dos índices de pesquisa dos buscadores da internet, ponto “d” da discussão, o TJEU, a luz dos artigos 12º, alínea b, e 14º, alínea a, da Diretiva 95/46/CE (UNIÃO EUROPEIA, 1995), bem como dos

artigos 7º e 8º da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia (UNIÃO EUROPEIA, 2000), transcritos a seguir, garantiu ao cidadão a possibilidade de exercer algum tipo de controle sobre seus dados.

O artigo 12º

Direito de acesso

Os Estados-Membros garantirão às pessoas em causa o direito de obterem do responsável pelo tratamento:

[...]

b) Consoante o caso, a retificação, o apagamento ou o bloqueio dos dados cujo tratamento não cumpra o disposto na presente diretiva, nomeadamente devido ao carácter incompleto ou inexato desses dados;

[...]

Artigo 14º

Direito de oposição da pessoa em causa

Os Estados-Membros reconhecerão à pessoa em causa o direito de:

a) Pelo menos nos casos referidos nas alíneas e) e f) do artigo 7º, se opor em qualquer altura, por razões preponderantes e legítimas relacionadas com a sua situação particular, a que os dados que lhe digam respeito sejam objeto de tratamento, salvo disposição em contrário do direito nacional. Em caso de oposição justificada, o tratamento efetuado pelo responsável deixa de poder incidir sobre esses dados.

[...]

Artigo 7º

Respeito pela vida privada e familiar

Todas as pessoas têm direito ao respeito pela sua vida privada e familiar, pelo seu domicílio e pelas suas comunicações.

Artigo 8º

Proteção de dados pessoais

1. Todas as pessoas têm direito à proteção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito.

2. Esses dados devem ser objeto de um tratamento leal, para fins específicos e com o consentimento da pessoa interessada ou com outro fundamento legítimo previsto por lei. Todas as pessoas têm o direito de aceder aos dados coligidos que lhes digam respeito e de obter a respectiva retificação.

3. O cumprimento destas regras fica sujeito a fiscalização por parte de uma autoridade independente.

A partir da análise conjunta dos artigos transcritos, o TJUE justificou a sua decisão de garantir ao indivíduo a possibilidade de requerer diretamente ao provedor de buscas a exclusão de determinadas informações, nas situações em que o seu nome figurar em lista de resultados, quando estas forem inexatas, inadequadas, não sejam pertinentes ou não sejam mais pertinentes.

Ponderando a inexistência de um interesse público na obtenção das informações em questão, publicadas há dezesseis anos, o Tribunal reconheceu que o direito individual à privacidade e à proteção de dados pessoais se sobrepõe ao direito coletivo dos demais usuários da rede e aos interesses econômicos do provedor de busca:

[...] tendo em conta o carácter sensível, para a vida privada dessa pessoa, das informações contidas nesses anúncios e o facto de a sua publicação inicial remontar há 16 anos, a pessoa em causa tem comprovadamente direito a que essas informações já não sejam associadas ao seu nome através dessa lista. Por conseguinte, na medida em que, no caso em apreço, não parece haver razões especiais que justifiquem um interesse preponderante do público em ter acesso a essas informações no âmbito dessa pesquisa, o que, todavia, cabe ao órgão jurisdicional de reenvio verificar, a pessoa em causa pode, ao abrigo dos artigos 12.º, alínea b), e 14.º, primeiro parágrafo, alínea a), da Diretiva 95/46, exigir a supressão das referidas ligações dessa lista de resultados (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA, 2014).

4 - O DIREITO À DESINDEXAÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ

Apresentaremos a seguir três recursos especiais julgados pelo Superior Tribunal de Justiça acerca do direito ao esquecimento na internet. O primeiro caso, apesar de não nos trazer expressamente a expressão “direito ao esquecimento” é de extrema relevância, pois demonstra o quão pioneira foi aquela decisão para a época.

O segundo caso, julgado à luz da aplicação do Marco Civil da Internet, além de supostamente consolidar o entendimento da Corte, tratou do regime de responsabilidade civil de provedores de busca por conteúdo gerado por terceiros.

O caso derradeiro demonstrará o rompimento da sedimentada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Tal qual o entendimento firmado no caso *González*, foi admitida ali a obrigação dos provedores de pesquisa de eliminarem dos seus resultados de busca termos ou expressões que violem direitos fundamentais dos usuários.

Por último, apresentaremos uma visão analítica dos casos retratados à luz dos fundamentos e desafios que revelavam a complexidade e as limitações do direito ao esquecimento.

4.1 - XUXA VS. GOOGLE BRASIL LTDA. – RESP 1.316.921/ RJ

Talvez esse seja um dos mais emblemáticos casos sobre o direito ao esquecimento na internet, embora o termo “direito ao esquecimento” não seja utilizado em nenhum momento. Na visão de Frajthof (2019), tal importância deve-se, principalmente, ao fato deste julgamento definir o regime de responsabilidade civil subjetiva dos provedores de pesquisa, numa época em que não havia marco regulatório sobre o assunto.

Seja pela sua repercussão, pelas partes envolvidas ou pelo seu pioneirismo, o entendimento firmado nesta decisão de junho de 2012 pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, havia sido mantido por muito tempo, sendo reiteradamente citado pela Corte.

Trata-se do recurso especial interposto pela *Google* Brasil Internet Ltda. em face do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJRJ, no âmbito de ação

ordinária inominada, ajuizada pela apresentadora Maria da Graça Xuxa Meneghel, em desfavor do recorrente, objetivando a remoção de resultados do seu *site* (o *Google Search*), relativos à busca pela expressão “xuxa pedófila”.

Em sede de primeiro grau de jurisdição, através de decisão interlocutória, o juiz do Tribunal Regional da Barra da Tijuca – TJRJ deferiu o pedido de tutela antecipada de Xuxa, determinando que o Google não mais disponibilizasse em seu site de buscas:

quaisquer resultados/links na hipótese de utilização dos critérios de busca 'Xuxa', 'pedófila', 'Xuxa Meneghel', ou qualquer grafia que se assemelhe a estas, isoladamente ou conjuntamente, com ou sem aspas, no prazo de 48 horas, a contar desta intimação, pena de multa cominatória de R\$20.000,00 por cada resultado positivo disponibilizado ao usuário (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012).

A decisão foi impugnada pelo *Google*, que teve seu recuso parcialmente provido, de modo que a restrição nas buscas fosse apenas aplicada às imagens indicadas pela famosa, sem “exclusão dos links na apresentação dos resultados de pesquisa” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012).

O recurso de relatoria da ministra Nancy Andrighi, da Terceira Turma do STJ, versou sobre os seguintes pontos: a) sujeição dos serviços de internet ao Código de Defesa do Consumidor - CDC; b) natureza jurídica do serviço de pesquisa; e c) os limites da responsabilidade dos provedores de pesquisa.

Apesar das pesquisas serem disponibilizadas gratuitamente, a decisão proferida reconheceu a existência de relação de consumo entre o usuário e o provedor de busca, pois é através dos dados buscados pelos usuários que o *Google* vende espaços publicitários em seu site.

No tocante à natureza jurídica dos provedores de pesquisa, eles foram classificados como “provedores de conteúdo”. Tais provedores não produzem as informações divulgadas na internet, função esta que, por sua vez, é atribuída aos provedores de informação. Os provedores de conteúdo são ferramentas que “disponibilizam na rede os dados criados ou desenvolvidos pelos provedores de informação ou pelos próprios usuários da web” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012), possibilitando a busca de qualquer assunto e conteúdo na internet.

Ademais, a Corte entendeu que o *Google* não deveria ser responsável pela filtragem e monitoramento das pesquisas feitas pelos usuários internet. Ressalvando a impossibilidade técnica dos buscadores em definirem critérios e implementarem mecanismos de descarte de conteúdo ofensivo, a relatora destacou que seria uma temeridade delegar a tais recursos a discricionariedade em definir o potencial lesivo de um material.

Dessa forma, o STJ julgou “ilegítima a responsabilização dos provedores de pesquisa pelo conteúdo do resultado das buscas realizadas por seus usuários” (2012), sendo descartada a teoria da responsabilidade objetiva dos provedores e a teoria do risco da atividade, prevista no artigo 927, parágrafo único do Código Civil. De acordo com Nancy, na qualidade de mero intermediário e fornecedor de meios físicos, o buscador não poderia ser responsabilizado por excessos e ofensas na rede.

Em relação à dificuldade que existe em demandar cada um dos responsáveis pela disponibilização de conteúdo ofensivo na rede, a Corte entendeu que isso não justifica a transferência deste ônus do usuário prejudicado para o *Google*. No entendimento do STJ, o *Google* enfrentaria as mesmas dificuldades que cada interessado individualmente.

Após descrever o automatizado e periódico funcionamento dos provedores de busca, conforme abaixo, a ministra Nancy reiterou que não haveria facilidade, sequer possibilidade, dos buscadores classificarem um conteúdo como ofensivo ou não.

o mecanismo de busca dos provedores de pesquisa trabalha em 03 etapas: (i) uma espécie de robô navega pela web identificando páginas; (ii) uma vez identificada, a página passa por uma indexação, que cataloga e mapeia cada palavra existente, compondo a base de dados para as pesquisas; e (iii) realizada uma busca pelo usuário, um processador compara os critérios da pesquisa com as informações indexadas e inseridas na base de dados do provedor, determinando quais páginas são relevantes e apresentando o resultado (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012).

Quanto ao pedido para que não fossem retornados os resultados pelo critério de busca “xuxa pedófila”, o tribunal destacou que tal medida seria inócua, pois criminosos buscariam burlar as restrições. Ademais, seria possível que essas informações fossem encontradas em buscadores de outros países.

Segundo a Corte, omitir resultados seria uma forma de violação do direito à informação, em virtude da dificuldade em se buscar a expressão, independentemente do conteúdo ser ilegal

ou não. No caso do termo “pedofilia”, por exemplo, restrição prejudicaria inclusive a difusão da entrevista concedida pela apresentadora Xuxa alertando sobre o tema.

Outro ponto enfrentado pela decisão diz respeito à necessidade de indicação da URL. De acordo com a Corte, é necessária a indicação específica do URL para que as páginas sejam eventualmente suprimidas. A relatora, nesse caso, concluiu que, ao conhecer a identificação URL, a vítima teria como identificar o responsável pela inclusão do conteúdo ilegal, carecendo de interesse de agir contra o provedor de pesquisa. Uma vez suprimida a página com o conteúdo ofensivo, ela seria automaticamente excluída dos resultados de pesquisa do buscador.

Diante disso, o entendimento do STJ foi de que os provedores de pesquisa:

- (i) não respondem pelo conteúdo do resultado das buscas realizadas por seus usuários;
- (ii) não podem ser obrigados a exercer um controle prévio do conteúdo dos resultados das buscas feitas por cada usuário; e (iii) não podem ser obrigados a eliminar do seu sistema os resultados derivados da busca de determinado termo ou expressão, tampouco os resultados que apontem para uma foto ou texto específico, independentemente da indicação do URL da página onde este estiver inserido(SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012).

4.2 - S. M. S. VS. GOOGLE BRASIL LTDA. – RESP 1.593.873/SP

O caso em questão foi o primeiro a analisar, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade civil de provedores de busca por conteúdo gerado por terceiros, a partir de uma perspectiva de um direito à desindexação fundamentado no direito ao esquecimento. Ao contrário do caso anterior, aqui o termo “direito ao esquecimento” foi expressamente tratado.

De acordo com Frajhof (2019), o recurso especial julgado pela Corte em novembro de 2016, na vigência do Marco Civil da Internet, tornaria o entendimento aqui firmado de grande importância, pois seria responsável por ditar o tratamento dos demais casos que viessem a surgir. Entretanto, como veremos no próximo caso, a Corte não seguiu tão à risca esse comportamento.

Originalmente, tratava-se de obrigação de fazer, ajuizada por uma pessoa física denominada nos autos pelas iniciais S. M. S., em face da *Google* Brasil Internet Ltda., por meio da qual a autora visava que o provedor de pesquisa realizasse um bloqueio definitivo em seu sistema de busca, impedindo que os resultados do índice de buscas feitas através de seu nome reproduzissem imagens de nudez suas. O juiz de primeiro grau extinguiu o feito, sem análise

de mérito, por julgar ausência de interesse de agir da autora e ilegitimidade passiva da ré. Entretanto, privilegiando a dignidade da pessoa humana, a sentença foi revertida pelo Tribunal de origem, nos termos do trecho da ementa abaixo:

OBRIGAÇÃO DE FAZER - Autora que busca impedir a veiculação de resultado de pesquisa, cujo conteúdo envolva suas imagens a partir do seu nome em site de busca - Possibilidade - Direito de esquecimento - Conteúdo sem interesse público, circunscrito apenas à vida privada da pessoa exposta - Afirmação do preceito constitucional da dignidade da pessoa humana - Recurso Provido (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2016).

Em virtude disso, o *Google* interpôs recurso especial perante o STJ, sustentando a impossibilidade do bloqueio de palavras-chaves que levassem às imagens de nudez, com base na exigência do Marco Civil da Internet, que determina a necessária indicação específica do conteúdo infringente para que seja possível o provedor localizar o tal material.

Ao analisar o direito do esquecimento, a relatora Nancy Andrichi, destacou a importância do assunto em face dos impactos dos novos meios de comunicação, em especial a internet. Como fundamentos para sua análise, ministra se valeu, em especial, do REsp n. 1.316.921/RJ e do Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil. A relatora (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2016) evidenciou a relevância de tal prerrogativa para o curso da vida privada do indivíduo:

Em outras hipóteses, ainda, o direito ao esquecimento, consagrado pela jurisprudência, surge mais claramente como uma das múltiplas facetas do direito a respeito da vida privada. Uma vez que, personagem pública ou não, fomos lançados diante da cena e colocados sob os projetores da atualidade – muitas vezes, é preciso dizer, uma atualidade penal –, temos o direito, depois de determinado tempo, de sermos deixados em paz e a recair no esquecimento e no anonimato, do qual jamais queríamos ter saído. Em uma decisão de 20 de abril de 1983, Mme. Filipachi Cogedipresse, o Tribunal de última instância de Paris consagrou este direito em termos muito claros: “[...] qualquer pessoa que se tenha envolvido em acontecimentos públicos pode, com o passar do tempo, reivindicar o direito ao esquecimento; a lembrança destes acontecimentos e do papel que ela possa ter desempenhado é ilegítima se não for fundada nas necessidades da história ou se for de natureza a ferir sua sensibilidade; visto que o direito ao esquecimento, que se impõe a todos, inclusive aos jornalistas, deve igualmente beneficiar a todos, inclusive aos condenados que pagaram sua dívida para com a sociedade e tentam reinserir-se nela.

Na ausência de um precedente de pedido de esquecimento direcionado a um buscador no Brasil, o STJ fez referência ao caso González, já apresentado no escopo deste trabalho, destacando os diferentes pressupostos legais entre a decisão espanhola e a que seria proferida pela Corte, em especial “a ausência de uma lei geral que disponha sobre a proteção de dados

personais dos cidadãos brasileiros”. Cumpre destacar que a Lei n. 13.709, hoje conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, foi sancionada anos depois, em agosto de 2018.

Em menção ao artigo 7º, I e X, do Marco Civil da Internet, a ministra Nancy salientou que a obrigação de exclusão ali prevista apenas se aplicaria quando os indivíduos diretamente tivessem fornecido informações pessoais para o provedor de aplicações da internet, situação esta que seria distinta à discutida nos autos. Conforme destacado por Isabella Frajhof (2019), o dispositivo não poderia ser aplicado no caso, pois a autora não teria fornecido informações pessoais ao *Google* no contexto de uma relação contratual.

Segundo o STJ (2016)., a responsabilidade dos provedores de busca deve ficar restrita à natureza da atividade por eles desenvolvida, a saber, “garantir o sigilo, a segurança e a inviolabilidade dos dados cadastrais de seus usuários e das buscas por eles realizadas, bem como o bom funcionamento e manutenção do sistema”

O papel dos provedores de pesquisa se restringe à identificação de páginas na Internet onde determinado dado ou informação, ainda que ilícito, estão sendo livremente veiculados [...] a recorrente não armazena as informações e imagens indicadas pela recorrida, de modo que não há como lhe imputar responsabilidade por elas (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2016).

De acordo com a Corte, a filtragem do conteúdo das pesquisas de cada usuário não seria intrínseca ao serviço prestado pelos buscadores. Inclusive, não haveria fundamento jurídico capaz de imputar tal obrigação ao buscador Google. De acordo com a Corte, concordar com essa solução seria atribuir ao provedor de aplicação a função de “um verdadeiro censor digital, que vigiará o que pode ou não ser facilmente acessado pelo público em geral, na ausência de qualquer fundamento legal” (2016).

No particular, não haverá nenhum interesse em demandar contra o provedor de pesquisa, pois, munida do URL da página onde inserido o conteúdo dito ofensivo (indispensável para o exercício da ação), poderá a vítima acionar diretamente o autor do ato ilícito, com o que, julgado procedente o pedido e retirada da Internet a página, o respectivo conteúdo será automaticamente excluído do resultado das buscas realizadas junto a qualquer provedor de pesquisa.

Em conclusão, destacando que não houve mudanças no panorama jurídico, mesmo com a edição do Marco Civil da Internet e como o desenvolvimento da doutrina e da jurisprudência, a Corte retomou o entendimento firmado no REsp 1.316.921/RJ, rejeitando imputar ao

provedor de buscas a obrigação de fiscalizar o conteúdo acessível ao público, como ficou expressamente afirmado naquela ocasião:

Dessa forma, não há fundamento legal que permita impor aos provedores de pesquisa a obrigação de eliminar do seu sistema os resultados que apontem para uma foto ou texto específico, sob a alegação de implementar o direito ao esquecimento de qualquer requerente (REsp 1.316.921/RJ, Terceira Turma, julgado em 26/06/2012, DJe 29/06/2012. Grifou-se)(SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2016).

4.3 - PROMOTORA DE JUSTIÇA VS. YAHOO, GOOGLE E MICROSOFT – RESP ESPECIAL N. 1.660.168/RJ

Este último caso representa um rompimento na sedimentada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que entendia que, nos casos relativos ao direito ao esquecimento, os provedores de pesquisa não devem ser obrigados a eliminar dos seus resultados de busca termos ou expressões, independentemente da indicação da página URL em que estiver inserido.

Os fatos do caso em comento envolvem a Sra. Denise Pieri Nunes, promotora de justiça, que teve seu nome associado a um suposto vazamento de prova de Direito Tributário para um concurso público, no qual havia sido reprovada. A promotora ajuizou ação de obrigação de fazer em face da *Google Brasil Internet Ltda.*, *Yahoo!* do Brasil Internet Ltda. e da *Microsoft Informática Ltda.*, requerendo a desindexação nos resultados das aplicações de busca mantidas pelas sociedades, relacionadas à suspeita de fraude no XLI Concurso da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Em sua petição inicial, a autora alegou que a indexação dos conteúdos disponibilizados causariam danos a sua dignidade e privacidade, requerendo a instalação de filtros nos resultados de busca que utilizem seu nome como parâmetro:

[...]

Ante o exposto, requer a autora seja:

a) deferida, nos termos do art. 273 e § 3º do art. 461 do CPC, a antecipação dos efeitos da tutela, para que as rés, ao realizar pesquisas através do nome da autora em seus buscadores, se abstenham de divulgar notícias relacionadas à suposta fraude do XLI Concurso para Ingresso na Magistratura Fluminense, do qual participou a autora, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 para cada uma delas, bem como a veiculação de qualquer notícia sobre este processo, como aconteceu no caso de Robson Pacheco Pereira (doc. 13), também sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 para cada uma delas;

b) determinada a citação das rés, através de carta de citação postal, com aviso de recebimento, nos endereços indicados no preâmbulo desta exordial, para, querendo, responderem aos termos da presente, sob as penas da lei;

c) julgada procedente a demanda, para que, confirmando-se a tutela antecipada requerida, sejam condenadas as rés, nos termos dos arts. 287 e 461 do CPC, a se absterem de divulgar em seus buscadores, nas pesquisas realizadas através do nome da autora, notícias referentes à suposta fraude no XLI Concurso para Ingresso na Magistratura Fluminense, do qual esta participou, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 para cada uma delas" (e-STJ fl. 19 - grifou-se).

Apesar de inicialmente deferir a medida liminar pleiteada pela autora, o juiz julgou improcedente o pedido na sentença do caso, por entender que as aplicações de buscas na internet não são responsáveis pelo conteúdo das notícias encontradas.

Em apelação interposta perante o TJRJ, foi dado provimento ao recurso para condenar os buscadores a filtrarem os resultados que fizessem menção à recorrida, no julgamento abaixo ementado:

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C TUTELA ANTECIPADA. PROVEDOR DE PESQUISA. RELAÇÃO DE CONSUMO. ART. 3º, § 2º, DO CDC. INTEPRETAÇÃO AMPLA INCLUINDO O GANHO INDIRETO DO FORNECEDOR. PRECEDENTE DO STJ (REsp 1192208). IMPLANTAÇÃO DE FILTRO POR PALAVRA-CHAVE COM ESCOPO DE EVITAR A ASSOCIAÇÃO DO NOME DA AUTORA A NOTÍCIAS QUE ENVOLVAM SUPOSTA FRAUDE NO XLI CONCURSO DA MAGISTRATURA DESTE ESTADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. 1- PEDIDO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA, AUTUADA SOB O NÚMERO 0412290.91.2011.8.19.0001, RELATIVA ÀS ASTREITES, PREJUDICADO COM BASE EM DOIS FUNDAMENTOS: AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA REVOGAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA PROVISÓRIA DECORRENTE DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA E A NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA A SENTENÇA DE EXTINÇÃO PROFERIDA NAQUELES AUTOS, ACARRETANDO A COISA JULGADA MATERIAL. 2- ILEGITIMIDADE PASSIVA DA MICROSOFT INFORMÁTICA JÁ REFUTADA POR ESTE ÓRGÃO JULGADOR. EMBORA A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE PASSIVA SEJA MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA, NÃO PODE SER OBJETO DE NOVA APRECIÇÃO NESTA SEARA RECURSAL, SOB PENA DE MITIGAÇÃO EXACERBADA DA COISA JULGADA FORMAL. 3- PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO SOB A ALEGADA NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO FÁTICA DO CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL E DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR DIANTE DA INUTILIDADE DO PROVIMENTO JUDICIAL. QUESTÕES QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO. 4- IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA DE IMPLANTAÇÃO NÃO OBJETIVAMENTE COMPROVADA. DOCUMENTOS ACOSTADOS PELA AUTORA COMPROVANDO QUE OS APELADOS POSSUEM MEIOS DE PROCEDER À EXCLUSÃO DE RESULTADOS DO SISTEMA DE PESQUISAS DOS CHAMADOS "BUSCADORES" NOS MOLDE PLEITEADOS. DOCUMENTOS NÃO REFUTADOS. 5- DIREITO À INTIMIDADE E PRIVACIDADE X DIREITO À INFORMAÇÃO. PREVALÊNCIA DO DIREITO À IMAGEM, À PERSONALIDADE E AO ESQUECIMENTO, COM VISTA A EVITAR O EXERCÍCIO DA LIVRE CIRCULAÇÃO DE FATOS NOTICIOSOS POR TEMPO IMODERADO.

6- ALEGAÇÃO DA YAHOO DA NECESSIDADE DE A AUTORA INDICAR AS URL'S A SEREM BLOQUEADAS. INDEFERIMENTO PELO JUÍZO DE PISO, CONFIRMADO POR ESTE ÓRGÃO JULGADOR. COISA JULGADA FORMAL.
7- PLEITO DE TUTELA RECURSAL. DEFERIMENTO. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 273 DO CPC. RISCO IMINENTE DE PERECIMENTO OU DE DANO AO DIREITO, PROVA INEQUÍVOCA E VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

Em virtude da decisão do Tribunal Fluminense, a *Google Brasil Internet Ltda.*, a *Yahoo! do Brasil Internet Ltda.* e a *Microsoft Informática Ltda.* interpuseram recurso especial no Superior Tribunal de Justiça, impugnando o acórdão daquela corte. A relatora do caso, a ministra Nancy Andrighi, em seu voto vencido, de maio de 2018, retomou todos os argumentos utilizados nos casos anteriormente citados, sustentando que a filtragem de conteúdo dos resultados de busca que contenham o nome da promotora violaria entendimentos consolidados em precedentes da Corte.

Dentre os principais argumentos da ministra, merecem destaque os seguintes: 1) provedores de aplicação de busca não detêm a informação que se quer ver esquecida; 2) a ausência de uma lei geral que disponha sobre a proteção de dados pessoais dos cidadãos brasileiros impede a aplicação do precedente do Tribunal de Justiça Europeu (Caso González); 3) a existência de precedente que afirmou que “os provedores de busca não podem ser obrigados a eliminar do seu sistema os resultados derivados da busca de determinado termo ou expressão”; 4) não incidência do artigo 7º, I e X, visto que nenhuma informação foi diretamente fornecida pela promotora aos motores de busca.

A grande inovação neste caso foi trazida pelo voto vencedor do ministro Marco Aurélio Bellizze, que divergiu substancialmente da ministra relatora. De imediato, o ministro recusou a afirmação de não haveria base legal para pretensão da promotora na obtenção de restrição de tratamento de dados, que fora levantada pela ministra Nancy. Segundo Bellizze, a legislação brasileira privilegia uma proteção concreta à intimidade e à privacidade, de modo que as regras positivadas no território nacional não seriam tão distintas das que nortearam o julgamento do caso González:

[...] o sistema jurídico brasileiro tutela a proteção de dados dos cidadãos brasileiros, seja por força de expressa disposição constitucional, ao estabelecer o habeas data como instrumento jurídico de garantia da proteção aos dados pessoais (art. 5º, LXXI, CRFB), seja por meio da Lei n. 9.507/1997, que regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data, além de legislações

esparsas, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2018).

De acordo com o ministro, o privilégio a tais direitos fundamentais não significaria imputar às ferramentas de busca a função de um “verdadeiro censo digital”, mas apenas assegurar que casos excepcionais, em que esteja demonstrada falta de razoabilidade na exibição de resultados pelos buscadores, fossem apreciados pelo Poder Judiciário.

Diante de todo o contexto, Bellizze teceu alguns comentários sobre o funcionamento dessas ferramentas:

[...] os sites de busca consistem na disponibilização de ferramenta para que o usuário realize pesquisas acerca de qualquer assunto ou conteúdo existente na web, mediante fornecimento de critérios ligados ao resultado desejado, obtendo os respectivos links das páginas onde a informação pode ser localizada [...] Para tanto, forma-se uma espécie de índice do conteúdo disponível na internet, qualquer que seja esse conteúdo, facilitando o acesso às informações disponíveis, livre de qualquer filtragem ou censura prévia.

Isso é possível porque, conforme explicação simplificada, divulgada no próprio site da Google e que descreve como funciona a pesquisa "por dentro" (<https://www.google.com/intl/pt-br/insidesearch/howsearchworks/>), esse serviço tem por essência o rastreamento e a indexação de trilhões de páginas disponíveis na web, possibilitando a localização e organização, segundo critérios internos de classificação e relevância das páginas já indexadas e organizadas em sua base de dados (sistema PageRank). Essa indexação, a princípio, é passível de futuras atualizações. Contudo, de modo geral, o sistema trabalha apenas acrescentando à base de dados as páginas novas localizadas por seu sistema de varredura.

Essa sistemática de busca, na essência, é a mesma para qualquer buscador, variando de acordo com os algoritmos próprios para a atribuição de importância a fim de ordenar as respostas apresentadas. Assim, no intuito de agregar velocidade ao sistema de pesquisas e reduzir o tempo de resposta, alcançando resultados mais relevantes e úteis aos usuários, a base de dados trabalha numa crescente, sempre adicionando novos resultados e novos conteúdos. Para ordenar os resultados da busca, alguns sistemas valoram mais a recenticidade, enquanto outros consideram mais relevantes resultados mais antigos, que parecem, portanto, mais estáveis. Desse modo, não se pode afirmar, de forma peremptória, que os resultados um dia existentes serão necessariamente excluídos. Isso porque, de fato, algumas páginas serão varridas novamente - segundo uma periodicidade que variará de acordo com um sistema exclusivo de ranking das páginas, que toma em consideração a quantidade de vezes que ela é mencionada na rede por outros usuários e o volume de consultas e acessos -, porém, outras páginas, por sua ínfima relevância no meio virtual, serão ignoradas em novas varreduras, mantendo-se íntegro o resultado atrelado na base de dados do Google Search aos argumentos de pesquisa inseridos pelos internautas. Essa ausência de atualização constante não pode ser compreendida como uma falha do sistema de busca ou como uma atividade, por si só, geradora de dano, suscetível de imputar ao provedor de pesquisa a responsabilidade civil, como esta Terceira Turma já teve oportunidade de se manifestar. Porém, em situação excepcional, já se reconheceu a existência de defeito na prestação de serviço, porque o resultado não condizia com o conteúdo da página apontada, que havia tido seu conteúdo alterado (REsp n. 1.582.981/RJ, desta relatoria, Terceira Turma, DJe 19/5/2016) (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2018).

O ministro destaca que a insurgência de Deise Nunes diz respeito ao apontamento de seu nome, como critério exclusivo, desvinculado de qualquer outro termo, e a exibição de fato desabonador divulgado no passado. Os fatos do caso já haviam ocorrido há mais de uma década e, ainda assim, os resultados dos buscadores continuariam apontando-os como mais relevantes. Bellizze destaca, ainda, o impacto da manutenção desses resultados:

[...] a manutenção desses resultados acaba por retroalimentar o sistema, uma vez que, ao realizar a busca pelo nome da recorrida e se deparar com a notícia, o cliente acessará o conteúdo – até movido por curiosidade despertada em razão da exibição do link – reforçando, no sistema automatizado, a confirmação da relevância da página catalogada (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2018).

Na oportunidade, o ministro, cujo voto foi vencedor, destacou que a essência do direito ao esquecimento não é apagar o passado efetivamente, mas permitir que as pessoas sigam sua vida com razoável anonimato, não sendo um fato desabonador corriqueiramente lembrado e perenizado por sistemas automatizados de busca (2018).

Nas palavras de Bellizze, a medida ora suscitada seria uma via conciliadora entre o livre acesso à informação e o interesse individual, pois não seriam excluídos da lista de busca referências ao nome da recorrida, nem seriam ocultados definitivamente os resultados advindos de uma busca que faça referência ao seu nome em um conjunto de termos que remetem ao resultado hoje exibido.

[...] aqueles que quiserem ter acesso a informações relativas a fraudes em concurso público, não terão seu direito de acesso impedido, porquanto as fontes que mencionam inclusive o nome da recorrida permanecerão acessíveis. Contudo, sua busca deverá conter critérios relativos a esse conteúdo, seja em conjunto com o nome da recorrida, seja de forma autônoma.

O que se evitará é que uma busca direcionada a informações da pessoa prejudicada, por meio da inclusão de seu nome como critério exclusivo, tenha como resultado a indicação de fato desabonador noticiado há uma década, impedindo a superação do evento traumático.

Quanto à possibilidade do pedido, foi reconhecido que a providência seria materialmente possível, tanto que fora realizada pelos provedores de busca no território europeu, onde se faz imperiosa a atuação do Estado como interveniente, sendo admitida a formulação de requerimentos dirigidos aos mecanismos de busca pelas pessoas atingidas.

Dessa forma, contrariando a jurisprudência antes consolidada no STJ, prevaleceu o entendimento de que os provedores de busca em questão não poderiam apresentar como resultado de pesquisa, utilizando como exclusivo critério de busca o nome da parte prejudicada, qualquer conteúdo que fizesse referência à suposta fraude em concurso, sem que fosse necessário o apontamento da URL que contenha o material infringente.

5 - OS DILEMAS, DESAFIOS E CONTROVÉRSIAS ACERCA DA APLICAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET

A seguir, apresentaremos alguns dilemas, desafios e controvérsias do direito ao esquecimento relacionando-os a elementos presentes nos casos trabalhados acima, introduzindo ainda algumas reflexões decorrentes desta análise que ajudam a demonstrar a complexidade deste instituto. Para tanto, segmentaremos essa discussão em três vertentes associadas à complexidade do direito ao esquecimento.

A) A dissonância das decisões judiciais nos casos apresentados

Os dois primeiros casos revelam entendimentos similares acerca do direito ao esquecimento na internet. Naquelas ocasiões, o STJ entendeu que os provedores de busca não deveriam responder pelo conteúdo de seus resultados, sob a alegação de que eles tão somente reúnem informações, ainda que ilícitas, disponibilizadas por terceiros na internet.

O papel dos provedores de pesquisa se restringe à identificação de páginas na Internet onde determinado dado ou informação, ainda que ilícito, estão sendo livremente veiculados. Como afirmado acima, a recorrente não armazena as informações e imagens indicadas pela recorrida, de modo que não há como lhe imputar responsabilidade por elas (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2016).

Para a Corte, a responsabilidade dos mecanismos de pesquisa deveria se restringir a sua finalidade de auxiliar a buscar por *websites* ou outros recursos através dos argumentos específicos. Tal argumento serviu para basear a tese de que a filtragem do conteúdo das pesquisas não seria atividade intrínseca ao serviço prestado pelos buscadores.

No que tange à filtragem do conteúdo das pesquisas feitas por cada usuário, não se trata de atividade intrínseca ao serviço prestado, de modo que não se pode reputar defeituoso, nos termos do art. 14 do CDC, o site que não exerce esse controle sobre os resultados das buscas.

Conforme anota Rui Stocco, quando o provedor de Internet age “como mero fornecedor de meios físicos, que serve apenas de intermediário, repassando mensagens e imagens transmitidas por outras pessoas e, portanto, não as produziu nem sobre elas exerceu fiscalização ou juízo de valor, não pode ser responsabilizado por eventuais excessos e ofensas à moral, à intimidade e à honra de outros” (Tratado

de responsabilidade civil. 6ª ed. São Paulo: RT, 2004, p. 901) (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012).

Cabe mencionar que aquilo que foi denominado como “filtragem do conteúdo” no Brasil foi conceituado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia como “tratamento de dados”. Derrotando a ideia de que a filtragem de conteúdo não seria atividade intrínseca aos motores de busca, o TJUE firmou o entendimento que a exibição de resultados acompanhada, ao mesmo tempo, de campanhas publicitárias, no contexto da busca, representaria um tratamento de dados, impondo afirmar que esses provedores realizam filtragem de conteúdo.

Deve-se notar ainda que o STJ havia defendido na superada jurisprudência uma suposta inviabilidade técnica dos provedores identificarem quais conteúdos seriam ofensivos ou ilícito:

[...] esse mecanismo funciona ininterruptamente, tendo em vista que, além de inúmeras páginas serem criadas a cada dia, a maioria das milhões de páginas existentes na web sofrem atualização regularmente, por vezes em intervalos inferiores a uma hora, sendo que em qualquer desses momentos pode haver a inserção de informação com conteúdo ilícito.

Essa circunstância, aliada ao fato de que a identificação de conteúdos ilícitos ou ofensivos não pode ser automatizada, torna impraticável o controle prévio por parte dos provedores de pesquisa de cada página nova ou alterada, sob pena, inclusive, de seus resultados serem totalmente desatualizados.

Portanto, inexistia a suposta facilidade dos provedores de informação de individualizar as páginas na Internet com conteúdo ofensivo, de sorte que o argumento não serve de justificativa para lhes impor esse ônus (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012).

Tal argumento foi refutado pelo ministro Bellizze no último caso. Segundo o membro do STJ, o caso julgado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia reconheceu que a providência seria materialmente possível, tanto que foi realizada pelos provedores de busca no território europeu. Dessa forma, a alegada inviabilidade técnica seria inexistente.

Em seu entendimento superado, o STJ havia defendido também que não seria possível importar para o Brasil a tese de desindexação adotada pelo TJUE, em razão da alegada

inexistência de dispositivo legal capaz de regular a proteção de dados pessoais no Brasil. De acordo com a Corte, atribuir a responsabilidade pelo monitoramento e filtragem das buscas a um terceiro – que não detém a informação - configuraria imputar aos buscadores a função de um “verdadeiro censor digital”.

[...] a solução oferecida pelo Tribunal de Justiça Europeu não seria adequada ao contexto brasileiro, dada as grandes diferenças nas premissas legislativas que partem ambas as situações. A principal, diga-se, é a ausência de uma lei específica voltada para a proteção de dados pessoais dos cidadãos brasileiros.

A legislação mencionada acima não permite imputar a um terceiro – que não detém de forma propriamente dita a informação que se quer ver esquecida – cumprir a função retirar o acesso do público em geral de determinado conjunto de dados.

Concordar com tal solução, no contexto normativo brasileiro, equivale a atribuir a um determinado provedor de aplicação de internet – no caso, o buscador Google – a função de um verdadeiro censor digital, que vigiará o que pode ou não ser facilmente acessado pelo público em geral, na ausência de qualquer fundamento legal (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2016).

Essa tese foi desmitificada pelo ministro Marco Aurélio Bellizze no último caso. Ele destacou que não haveria a suposta inexistência normativa, pois a proteção de dados pessoais é garantida pelo artigo 5º, LXXI, da Constituição da República, pelo Código de Defesa do Consumidor e pelo Marco Civil da Internet.

A princípio, ressalto que o sistema jurídico brasileiro tutela a proteção de dados dos cidadãos brasileiros, seja por força de expressa disposição constitucional, ao estabelecer o habeas data como instrumento jurídico de garantia da proteção aos dados pessoais (art. 5º, LXXI, CRFB), seja por meio da Lei n. 9.507/1997, que regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data, além de legislações esparsas, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet.

Todo esse arcabouço legislativo espelha a dimensão da proteção concreta à intimidade e privacidade, a qual, em regra, cederá ao interesse público de conhecimento desses dados, tal como ocorre no interesse de informar e na manutenção de informações relacionadas à memória histórica, como bem ressaltado pela Ministra Nancy Andrighi em voto-vista proferido, recentemente, no julgamento do REsp n. 1.631.329-RJ.

Outrossim, deve-se sublinhar que as regras positivadas no território nacional não são tão distintas daquelas em que se apoiou a Corte europeia para normatizar a incidência da Diretiva de proteção de dados aos aplicativos de busca, reconhecendo se referir a tratamento de dados a organização dos resultados exibidos.

[...]

Esse entendimento, contudo, não equivale a impor aos provedores de aplicações, em especial, àqueles dedicados exclusivamente à disponibilização de ferramentas de busca, o ônus de retirar do meio digital conteúdo inserido por terceiros, tampouco de imputar-lhes a função de um "verdadeiro censor digital", mas tão somente de não afastar do Poder Judiciário, peremptoriamente, a apreciação de casos concretos excepcionais em que se denote a ausência de razoabilidade na exibição dos resultados (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2018).

O risco ao direito à informação foi outro argumento utilizado pelo STJ na tese superada para não aplicar o direito à desindexação. Segundo o entendimento da época, a limitação dos serviços de busca ocultaria dos resultados de busca reportagens e notícias, restringindo o acesso à informação.

[...] a proibição de que o serviço da recorrente aponte resultados na pesquisa da palavra “pedofilia” impediria os usuários de localizarem reportagens, notícias, denúncias e uma infinidade de outras informações sobre o tema, muitas delas de interesse público. A vedação restringiria, inclusive, a difusão de entrevista concedida recentemente pela própria recorrida, abordando a pedofilia e que serve de alerta para toda a sociedade. Curiosamente, a vedação dificultaria até mesmo a divulgação do próprio resultado do presente julgamento!

Os exemplos acima ilustram a importância dos sites de pesquisa e o quão pernicioso pode ser a imposição de restrições ao seu funcionamento.

A verdade é que não se pode, sob o pretexto de dificultar a propagação de conteúdo ilícito ou ofensivo na web, reprimir o direito da coletividade à informação (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012).

A tese então defendida pelo STJ corrobora a visão Frajhof (2019), que destaca que os filtros utilizados nos motores de busca podem pecar pelo excesso ou por defeito, abarcando o

resultado de páginas com termos homônimos aquele que se quer removido, ou diante de expressões distintas para se referir a um mesmo conteúdo, respectivamente.

Essa visão que privilegia o direito à informação foi superada no último caso apresentado. Segundo o novo entendimento do Tribunal Superior, na realidade, a desindexação seria uma conciliação entre o direito à informação e o direito ao esquecimento, visto que não há exclusão de conteúdo com a desindexação, mas tão somente um direcionamento para aquilo que deve ser objeto de conhecimento público.

[...] aqueles que quiserem ter acesso a informações relativas a fraudes em concurso público, não terão seu direito de acesso impedido, porquanto as fontes que mencionam inclusive o nome da recorrida permanecerão acessíveis. Contudo, sua busca deverá conter critérios relativos a esse conteúdo, seja em conjunto com o nome da recorrida, seja de forma autônoma.

Tem-se, assim, uma via conciliadora do livre acesso à informação e do legítimo interesse individual, porque não serão excluídos da busca referências ao nome da recorrida, nem serão ocultados definitivamente os resultados advindos de uma busca que faça referência a seu nome em conjunto com termos que remetam ao resultado hoje exibido. O que se evitará é, tão somente, que uma busca direcionada a informações sobre a sua pessoa, por meio da inclusão de seu nome como critério exclusivo de busca, tenha por resultado a indicação do fato desabonador noticiado há uma década, impedindo a superação daquele momento (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2018).

A necessidade de indicação da página URL dos conteúdos foi mais um contraste entre os casos. De acordo com superado entendimento do STJ, a remoção de conteúdo é condicionada à apresentação de um elemento essencial de validade, a indicação de localizadores únicos da internet (URLs) que permitam identificar o conteúdo ofensivo.

Contudo, a remansosa jurisprudência desta Corte afirma que o cumprimento do dever de remoção preventiva de mensagens consideradas ilegais e/ou ofensivas fica condicionado à indicação, pelo denunciante, do URL da página em que estiver inserido o respectivo conteúdo (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2018).

O último caso julgado pela Corte assegurou o direito à desindexação independentemente da indicação das páginas URL.

B) As limitações à efetividade do direito ao esquecimento

De imediato, o superado entendimento do STJ apresenta alguns desafios enfrentados para efetivação do direito ao esquecimento através da desindexação pelos provedores de busca. Segundo a Corte haveria, pouca efetividade em se impor critérios para limitação das pesquisas, visto que o ser humano é criativo e buscaria alternativas para burlar tais mecanismos pela utilização de termos semelhantes ou equivalentes.

Nesse aspecto, destaco em primeiro lugar a pouca efetividade de se impor critérios objetivos de limitação às pesquisas. Diferentemente das máquinas, o ser humano é criativo e sagaz, e em pouco tempo encontraria meios de burlar as restrições de busca, por intermédio da utilização de termos ou expressões semelhantes ou equivalentes que, repise-se, não serão filtradas pela limitada capacidade de raciocínio dos computadores (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012).

Mais uma limitação destacada ainda no primeiro caso foi a restrição territorial dos efeitos da filtragem dos buscadores. Embora, por exemplo, não fosse possível ter acesso a determinado conteúdo no Brasil, o material estaria disponível nos buscadores de outro país.

A medida também se torna inócua pelo fato de que eventual restrição não alcançaria os provedores de pesquisa localizados em outros países, através dos quais também é possível realizar as mesmas buscas, obtendo resultados semelhantes (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012).

Para além das questões apresentadas nos casos, o efeito *Streisand* é mais uma limitação para a efetividade do direito ao esquecimento. Trata-se do efeito que a tentativa de censurar ou limitar o acesso a determinado conteúdo, por vezes, ocasiona, conferindo ao conteúdo potencialmente ofensivo atenção e publicidade ainda maiores (FRAJOHF, 2019). O termo se originou em um episódio envolvendo a cantora e atriz Barbra Streisand, em 2009. A famosa processou um fotógrafo alegando que ele havia violado sua privacidade ao registrar fotografias aéreas de sua mansão na Califórnia. A propositura da ação atraiu para o caso a atenção do interesse público. As fotografias que antes haviam sido baixadas apenas seis vezes atraíram mais de quatrocentas mil visualizações após o ajuizamento da demanda.

Outra preocupação que envolve a aplicação do direito ao esquecimento na internet diz respeito à seletividade das ações judiciais. Quando uma vítima ingressa com uma ação em face de um provedor específico, o conteúdo por ele removido continua a ser disponibilizado por outros provedores. Se a obrigação de remoção de conteúdo ou desindexação for atribuída ao *Google*, por exemplo, o material responsável por supostamente violar o direito ao esquecimento do indivíduo prejudicado continuará disponível no portal do *Yahoo*.

Devemos lembrar ainda que muitos dos casos que envolvem o direito ao esquecimento estão relacionados a matérias de jornais, que dispõem de sofisticados mecanismos de buscas em suas próprias páginas e portais de notícias. Embora uma matéria seja desindexada num mecanismo de busca, ela poderá ser encontrada no *site* que originalmente tiver sido responsável pela sua veiculação.

Por fim, deve-se lembrar de que os mecanismos de buscas têm rotinas automatizadas de varredura, indexação e disponibilização de informações, conforme ensinado anteriormente. A aplicação de um filtro não faz com que uma página já armazenada no servidor do buscador seja automaticamente removida. Uma vez que permanece disponível, o conteúdo potencialmente lesivo pode ser ainda compartilhado por usuários em redes sociais, disseminando-se com velocidade e ganhando proporções pouco suscetíveis a qualquer forma de controle.

C) Contexto Social

Os casos em comento revelam o paradigma da sociedade da informação, na medida em que exemplificam situações típicas de atenuação das fronteiras entre o público e o privado, motivando os indivíduos a buscarem respaldo no direito ao esquecimento para suprimir informações potencialmente lesivas por meio da desindexação.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a realidade do contexto social ressalta a importância do direito ao esquecimento na Internet, ela constitui um limitador à sua aplicação. Os próprios mecanismos de interação e colaboração em tempo real, típicos da Web 2.0, facilita a perpetuação das informações que circulam na rede, permitindo que elas sejam rápida e facilmente disseminadas, sendo pouco suscetíveis a qualquer forma de controle. Tal realidade impõe limites ao alcance da desindexação, já que há cada vez mais formas de disseminar ou

acessar a informação. Conforme destacado pela ministra Nancy no caso Xuxa, sempre haverá aqueles dispostos a buscar caminhos alternativos para driblar alguma indisponibilidade de informação, sendo a mudança tecnológica muitas vezes um facilitador desta busca.

Soma-se a isso o fato de que a própria arquitetura das redes, baseada em equipamentos de *hardware* cada vez mais robustos, e de servidores de armazenamento na nuvem, privilegiar, como regra, a memória, e não o esquecimento, tornando cada vez mais árdua a tarefa de suprimir conteúdos ou gerar o esquecimento.

Por fim, como já mencionamos ao abordar o “efeito Streisand”, a confusão entre os domínios público e privados e a rápida capacidade de disseminação de notícias ou fatos, frequentemente faz com que decisões judiciais que envolvem o direito ao esquecimento acabem por atrair ainda mais atenção pública à informação que se quer restringir, gerando o efeito oposto ao pretendido.

Verificamos, portanto, que o contexto social dialoga fortemente com o direito ao esquecimento, não apenas estabelecendo seus contornos mas também impondo limites à sua aplicação e desafiando os juristas e estudiosos do direito.

6 - CONCLUSÃO

O objetivo do presente estudo foi retratar a complexidade do direito ao esquecimento na internet, considerando o contexto social em que está inserido, os desafios para alcançar a finalidade a que se propõe e a vacilante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre assunto.

Conforme demonstrado, a impossibilidade de conhecer todo o conteúdo disponibilizado na rede e a imperiosa rapidez na transmissão de dados no contexto da Sociedade da Informação criaram um vasto campo para atuação dos mecanismos de busca. Se por um lado eles contribuem com o fácil acesso à informação, por outro, potencializam a perpetuação, na rede, de informações potencialmente lesivas à privacidade dos indivíduos.

Em que pese tenha prevalecido na jurisprudência, inicialmente, a posição de que não se poderia imputar aos mecanismos de busca qualquer responsabilidade pela supressão de informações, observamos uma inflexão recente no sentido de reconhecer não somente a viabilidade técnica mas também a obrigação de aplicar mecanismos de filtragem de buscas associadas a material potencialmente lesivo. Trata-se ademais, de uma forma de promover a conciliação entre o direito à informação e os direitos da personalidade, já que, por meio da desindexação, a informação não é eliminada em sua origem. Até então, a jurisprudência brasileira privilegiada o direito à informação, tratando-o de forma aparentemente irreconciliável com os direitos da personalidade que fundamental o direito ao esquecimento.

Por outro lado, são notórias as dificuldades em efetivar o direito ao esquecimento através da desindexação pelos provedores de busca, seja porque, conforme dito, a informação poderá ser encontrada na sua fonte original, estando apta ao livre compartilhamento por outros meios, seja porque há restrições de natureza técnica ou territorial que limitam o alcance da desindexação, comprometendo a sua efetividade.

Para além desses fatores, o próprio contorno social que envolve o direito ao esquecimento pode impor dificuldades ao alcance dos objetivos a que ele se propõe. Por vezes, as decisões judiciais envolvendo a supressão de informações ou a desindexação acabam por atrair ainda mais atenção pública aos fatos ou informações potencialmente lesivas, gerando o efeito oposto àquele que se era esperado.

As controvérsias judiciais em torno do direito ao esquecimento, bem como as incertezas e limitações existentes revelam a enorme complexidade que circunda a matéria, desafiando os legisladores e os estudiosos do direito. Nesse contexto, a busca por um marco legal específico que evolua com a sociedade e regule de maneira mais efetiva a matéria pode contribuir para dar maior segurança jurídica e efetividade à sua aplicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Traduzido por Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BELL, D., 1980. **The social framework of the information society**. In: Forester, T. (Ed.), *The Microelectronics Revolution*. Blackwell, Oxford, UK, pp. 500–549.
- CALDEIRA, F. H. **O mecanismo de busca do Google e a relevância na relação sistema-usuário**. *Letrônica*, 8(1), 91, 2015
- CAMPOS, R. N.T. **Agrupamento Automático de Páginas Web Utilizando Técnicas de Web Content Mining**. Dissertação de M.Sc, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. In: *A Sociedade em rede*. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1.
- CÉNDON, Beatriz Valadares. **Ferramentas de busca na web**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 39-49, jan./abr. 2001.
- DANTAS, Marcos. **A lógica do capital informação: monopólio e monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- DE OLIVA, Afonso Carvalho e CUNHA E CRUZ, Marco A. R. **Um Estudo do Caso Xuxa vs. Google Search (REsp 1.316.921): o direito ao esquecimento na internet e o Superior Tribunal de Justiça**. Trabalho publicado no I Congresso Internacional de Direitos da Personalidade – UniCesumar, Maringá/PR, 2014. Disponível em: <http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/mostras/pri_mestrado/pdf/03_GT1_Afonso_Carvalho_Oliva.pdf> acesso em 25/06/2019.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 1º volume: teoria geral do direito civil/ Maria Helena Diniz – 24. ed. – São Paulo: Saraiva, 2007, p. 119
- DZIEKANIAK. **Análise Dos Sistemas De Busca na WEB**. *BIBLOS - Revista Do Instituto de Ciências Humanas e Da Informação*, 14, 2002.
- FIGUEREIDO, D. E. A. **Recuperação da informação: uma análise sobre os sistemas de busca da web**. Monografia. Universidade de Brasília, 2006. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70270/Monografia_.pdf> . Acesso em 15/06/2019.
- FRAJHOF, Isabella Z. **O direito ao esquecimento na internet: conceito, aplicação e controvérsias**. São Paulo: Almedina, 2019.
- FREITAS, L. S. **A memória polêmica da noção de sociedade da informação e sua relação com a área de informação**. *Informação & sociedade*, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2002.
- GABRIEL, Martha. **Sem e Seo: dominando o marketing de busca**. 2. ed. São Paulo: Novatec Editora, 2012.

- GABRIEL, Martha. **Educ@r: a (r)evolução digital na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- GONÇALVES, Luciana Helena. **O Direito ao esquecimento na Era Digital: Desafios da regulação da desvinculação de URLs prejudiciais a pessoas naturais nos índices de pesquisa dos buscadores horizontais**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 2016.
- GOODCHILD, Michael,. **Citizens as sensors: the world of volunteered geography**. *GeoJournal* 69 (4), 211–221, 2007.
- GRAUX, Hans; AUSLOOS, Jef & VALCKE, Peggy. **The Right to Be Forgotten in the Internet Era**. ICRI Research Paper No. 11, 2012. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=2174896>. Acesso em: 19/06/2019.
- LEONARDI, Marcel.. **Controle de conteúdos na Internet: filtros, censura, bloqueio e tutela**. In: DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto (Org.). *Direito & Internet: aspectos jurídicos relevantes*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade civil dos provedores de serviços de internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.
- LOPES, Ilza Leite de A. S. **Proposta de critérios de qualidade para avaliação da informação em saúde recuperada nos sites brasileiros da world wide web**. 2006. 159 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- MANTELERO, Alessandro. **The EU Proposal for a General Data Protection Regulation and the Roots of the ‘Right to Be Forgotten’** [S.I.:s.n], 2013.
- MENESES, S. **Internet, História e Esquecimento : sobre pensar o passado escrito no universo virtual Internet**, Trabalho publicado no XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.
- MORAES, M. F. de. **O Direito Ao Esquecimento Na Internet No Contexto Das Decisões Judiciais No Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016.
- RODRÍGUEZ, D., BUSCO, C., & FLORES, R. **Information technology within society’s evolution**. *Technology in Society*, 40, 64–72, 2015.
- SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- SCHREIBER, A. **Marco Civil da Internet: Avanço ou Retrocesso? A Responsabilidade Civil por dano derivado do conteúdo gerado por terceiro** in *Direito e Internet III Tomo II: Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/14)*, coord. Newton de Lucca e outros, São Paulo, Quartier Latin, 2015.
- SILVA, Lucas Gonçalves da & CARVALHO, Mariana Amaral. **Direito ao esquecimento na sociedade da informação: análise dos direitos fundamentais no meio ambiente digital**. *Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais*. v.3, n.3, 2017.

SILVA, Rafael Rodrigues. **Pesquisa do IBGE revela que aumentou o número de usuários de internet no Brasil**. Canaltech, 2018. Disponível em: < <https://canaltech.com.br/internet/pesquisa-do-ibge-revela-que-aumentou-o-numero-de-usuarios-de-internet-no-brasil-129545/>>. Acesso em: 10 de jun. de 2019.

STATCOUNTER. **Search Engine Market Share Worldwide**. StatCounter Global Stats. Disponível em: <<http://gs.statcounter.com/search-engine-market-share>>. Acesso em: 24 de jun. 2019.

TALAMINI, Eduardo. **Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer**. São Paulo: RT, 2001.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloíza Helena & MORAES, Maria Celina Bodin de. **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloíza Helena & MORAES, Maria Celina Bodin de. **Temas de direito civil**. 3. ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

TOTH, P. H. **A Evolução Comunicativa dos Mecanismos de Busca: do Telégrafo à Web Semântica**. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo, 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA. *Google Spain, Google Inc. vs. Agencia Española de Protección de Datos (AEDP), Mario Costeja González*. 13 de maio de 2014, Processo C-131/12). Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/document/document_print.jsf?jsessionid=9ea7d2dc30d5fe90ba6179b14238af0fae643c9fa1b9.e34KaxiLc3qMb40Rch0SaxyKaNb0?doclang=PT&text=&pageIndex=1&part=1&mode=DOC&docid=152065&occ=first&dir=&cid=100417>. Acesso em 18/06/2019.

TRIGUEIRO, F. V. M. **Direito ao Esquecimento na Sociedade da Informação**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016

WARREN, D. Samuel & BRANDEIS, Louis D. **The right to Privacy**. Harvard Law Review, 193 Dec. 15, 1890.

WEBSTER, F. **Theories of the Information Society**, third ed. Routledge, London, 2006

WEGNER, Daniel & WARD, Adrian. **How Google Is Changing Your Brain**. Scientific American. 309. 58-61, 2013.

YAMAOKA, Eloi Juniti. **Recuperação da informação na web: cenário atual e perspectivas para o futuro**. Brasília, [S.n], 2002.

YUS, Francisco. **Putting relevance at centre stage in all research on human activity on the Internet**. Artigo entregue para Relevance: Discourse and Translation. Warsaw/Polônia, set. 2012.